

CÂMARA AGRÍCOLA LUSÓFONA

Missão Empresarial Angola

26 de Maio a 2 de Junho | 2018

Dossier de Mercado Angola

Oportunidades no Agronegócio em Angola



com o apoio:





Conheça o novo site da CAL - Câmara Agrícola Lusófona

Aceda em www.calusofona.org

Fique a par de tudo o que a CAL têm para oferecer

Pág. Sumário

- 3 • Enquadramento
- 4 • Ficha resumo do país
- 5 • Caracterização Geral
- 6 • Caracterização geral da população angolana
- 7 • Solos
- 8 • Clima
- 9 • Vegetação
- 11 • Hipsometria – Relevo
- 12 • Hidrografia
- 13 • Geologia e litologia
- 15 • Cuanza Norte: Caracterização da província
- 16 • Cuanza Norte: Investimentos
- 17 • História
- 29 • Caracterização económica actual – Banco Mundial
- 30 • Um olhar sobre o sector agrícola angolano
- 31 • Comércio externo angolano do agronegócio
- 39 • Porto de Luanda
- 40 • Bibliografia e Referências
- 41 • Contactos úteis



CÂMARA AGRÍCOLA LUSÓFONA

Sede

Estrada da Coutada S-N
2540-079 Bombarral
Tel. +351 213 018 426
Fax. +351 213 018 428

Sub-sede

Av. Brasília (Apartado 12066)
1050-214 Lisboa - Portugal
Email: geral@calusofona.org
www.calusofona.org

Ficha técnica

CAL- Câmara Agrícola Lusófona
Morada: Av. Brasília Apartado 12066, 1050-214 Lisboa
Tel. +351 213 018 426 Email: geral@calusofona.org

Produção Editorial, Design e Publicidade

CAL- Câmara Agrícola Lusófona

Coordenação Geral

Paulo Matos, Pedro Alves, Jorge Santos – CAL

Marketing Research

Pedro Alves – CAL

Design/Projecto Gráfico

Miguel Toste, Cláudia Nunes, Nuno Pais Lopes – CAL

Direcção Comercial

CAL – Câmara Agrícola Lusófona

Fotografia

CAL – Câmara Agrícola Lusófona

Pré-impressão e impressão

GMT

Tiragem

100 exemplares

Enquadramento

Angola é um país que tem verificado um aumento da sua actividade económica, embora a um ritmo mais lento desde há três anos. A previsão é de recuperação do dinamismo de crescimento através dos investimentos na exploração de gás ao norte do país, contribuindo para uma excelente oportunidade de investimento na produção e comércio agro-alimentar (hortofrutícolas, conservados, preparações à base de cereais, queijos, rações, azeite, maquinaria agrícola e bebidas).

O sector agrícola é caracterizado por uma agricultura de subsistência de pequena escala de sector familiar, necessitando de infra-estruturas, redes comerciais e níveis de investimentos adequados.

O sector agroindustrial não possui um desenvolvimento substancial, à excepção do açúcar, da moagem e fabrico de óleos alimentares.

A Missão Empresarial, a decorrer na Província de Cuanza Norte, possibilitará às empresas participantes o acesso a uma variedade de oportunidades nos sectores agro-alimentar e agro-industrial.

Através deste documento a Câmara Agrícola Lusófona pretende disponibilizar informação no âmbito do agronegócio local, com vista a incrementar o relacionamento estratégico entre Portugal e Angola



Ficha resumo do país, com os dados mais relevantes.



Localização de Angola:	Costa Sudoeste de África
Área terrestre total:	1 246 700 Km²
População residente (2017):	28.359.634 (Masc. 13.408.218; Fem. 14.196.206)
População rural (2017):	10.349.483
Capital:	Luanda
Regime político:	República presidencialista parlamentar
Organização administrativa:	18 Províncias
Províncias mais populosas (2014):	Luanda (6,9 milhões hab.), Huila (2,5 milhões hab.), Benguela (2,2 milhões hab.)
Sistemas de crenças (2014):	Cristã (Católica, 41% e Protestante, 38%); Sem crença (12%); Outra (7%); Animista (1%); Islâmica (0,4%) e Judaica (0,2%).
Clima:	Tropical com duas estações – estação das chuvas de Setembro a Abril; estação seca, ou cacimbo, de Maio a Agosto.
Índice de Desenvolvimento Humano (2015):	150º (em 188 países)
Esperança de vida à nascença (nº de anos, 2015):	61,2
Taxa Bruta de Natalidade (por mil habitantes, 2015):	36,09
Taxa de mortalidade infantil (por mil nados vivos, 2015):	8,4
Taxa de crescimento natural (por mil nados vivos, 2015):	2,5
Taxa de fecundidade (filhos/mulher, 2015):	5,5
Taxa de literacia (% pop. com idade >= 15 anos, 2014):	66%
PIB preços correntes (2016):	60,1 Mil Milhões de Euros
PIB per capita (2016):	2.185 Euros
Taxa de inflação média anual (2017):	23,67%
Taxa de desemprego (2016):	19,9%
Importações totais (2015):	9,768 Mil Milhões de Euros
Importações agroalimentares (2015):	2,364 Mil Milhões de Euros
Exportações totais (2015):	29,8 Mil Milhões de Euros
Unidade monetária:	Kwanza (KZ ou AOA)
Taxa de câmbio (23/05/2018):	1000 kz = 3,63 €
Aeroportos:	Luanda - 4 de Fevereiro (LAD, Angola) mais 12 aeroportos internacionais.
Internet:	.ao
Dia da Independência Nacional:	11 de Novembro
Eletricidade:	220 Volts AC, 50Hz.
Código telefónico:	+244
Hora legal:	Inverno: Lisboa +1 hora; Verão: Lisboa
Feriados Nacionais:	Ano Novo; Início da Luta Armada (04/02); Carnaval; Mulher (08/03); Paz (04/04); Sexta Feira Santa; Páscoa; Trabalhador (01/05); Fundador da Nação e do Herói Nacional (17/09); Finados (02/11); Independência Nacional (11/11); Natal.

Caracterização Geral

A República de Angola localiza-se na costa sudoeste do continente africano, banhada pelo Oceano Atlântico. Pertence à Região Ocidental da África Austral, a Sul do Equador, estando a maior parte do território compreendido entre os paralelos 4°22' e 18°02' latitudes Sul e os meridianos 11°41' e 24°05' longitudes Este Greenwich.

O país tem uma área terrestre de 1 246 700 Km² e de área marítima 540390 Km². Possui 12 milhas de águas territoriais e uma zona económica exclusiva de 200 milhas.

Administrativamente Angola divide-se em 18 províncias

Províncias do Norte

Enclave a Sul da República do Congo

- Cabinda, com 7 270 km², cuja capital é Cabinda.

Noroeste

- Zaire, com 40 130 km², cuja capital é M'banza Congo; • Bengo, com 16 698 km², cuja capital é Caxito; • Uíje, com 58 698 km², cuja capital é Uíje; • Cuanza Norte, com 24 110 km² cuja capital é N'Dalatando.

Nordeste

- Malanje, com 97 602 km², cuja capital é Malanje; • Lunda Norte, com 103 000 km², cuja capital é Dundo; • Lunda Sul, com 77 637 km², cuja capital é Saurimo.

Províncias do Centro

Litoral

- Luanda, com 18 455 km², cuja capital é Luanda; • Cuanza Sul, com 55 660 km², cuja capital é Sumbe; • Benguela, com 31 780 km², cuja capital é Benguela.

- Huambo, com 34 270 km², cuja capital é Huambo; • Bié, com 70 314 km², cuja capital é Kuíto; • Moxico, com 223 023 km², cuja capital é Luena.

Províncias do Sul

Sudoeste

- Namibe, com 58 137 km², cuja capital é Namibe; • Huíla, com 75 002 km², cuja capital é Lubango; • Cunene, com 87 342 km², cuja capital é Ondjiva.

Sudeste

- Cuando-Cubango com 199 019 km², cuja capital é Menongue.

Fronteiras



O País é limitado por:

- a **Norte** - República Popular do Congo e República Democrática do Congo
- a **Leste** - República da Zâmbia e República Democrática do Congo
- a **Sul** - Namíbia e Botswana
- a **Oeste** - Oceano Atlântico



Angola - Mapa Político

Fonte: Maps of World, 2014



Caracterização geral da população angolana

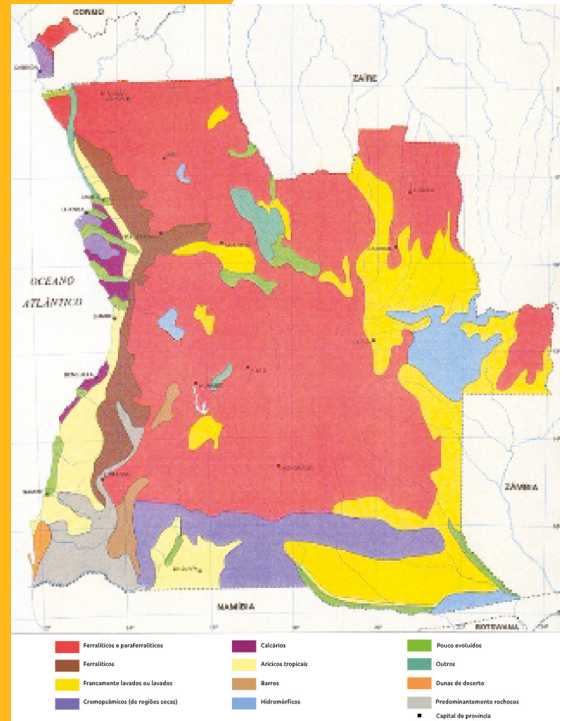
Etnias angolanas:

- Ovimbundu - ca. 38% da população total (planalto central);
- Mbundu - ca. 23% (orla litoral norte e noroeste);
- Bakongo - ca. 14% (orla fronteiriça norte e países limítrofes);
- Lunda-Tchokwe, Nganguela, Cuanhama, Nyanca e Nkhumbi - em conjunto cerca (ca.) de 20% da população total (leste e sul).
- Cultura europeia (portuguesa, normalmente mestiços) - ca. 5% (concentrada nas províncias: Luanda, Kwanza Sul, Benguela e Huíla) (AIP/CCI-DRIC, 1992: 17).

Solos

Solo é definido como a camada superficial do globo terrestre (de espessura variável), o suporte físico (partículas orgânicas/minerais) fulcral para as plantas (sua fonte de água e nutrientes) e onde se desenvolvem todos os seres vivos, fruto de processos de desintegração química-orgânica. É a base essencial de toda a produção agrícola, dependendo a produtividade das condições bio-físico-químicas do solo; capacidade genética da planta; técnicas agrícolas; clima; etc. (Quinhentos, s.d.).

Mais de 50% dos solos angolanos se encontram sujeitos à (intensa) erosão (arrastamento de elementos férteis: minerais e matéria orgânica, m.o.) face à morfologia e pluviosidade existente. Assim, será necessária a aplicação de técnicas agrícolas e fertilizantes adequados. Os solos de aluvião são os mais férteis e encontram-se junto dos rios (mais ricos em minerais e m.o.). Inclusive em zonas de rio, a rega é mais fácil, envolvendo menores custos.

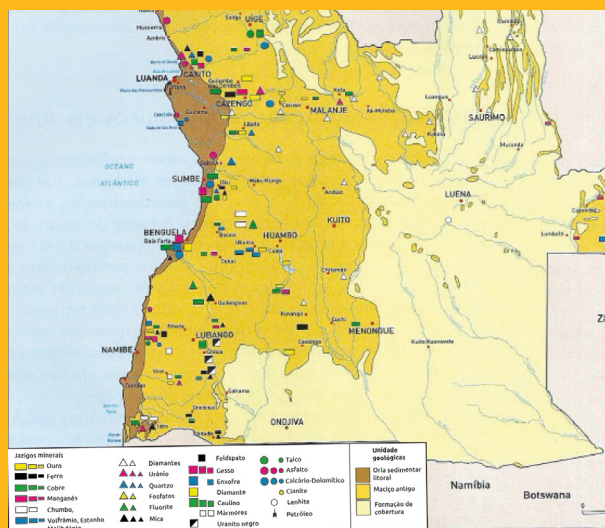


Mapa de Solos

Fonte: <http://info-angola.ao/images/documentos/mapas/solos.jpg>

A metade Norte do país possui um aspecto agreste e escarpado. A Sul é normalmente uma zona mais baixa e arenosa. Nas regiões (semi)desérticas do Sul os solos são menos férteis. Também, a Sul os rios correm sobre um bordo mais abrupto do planalto e as quedas de água são aproveitadas na produção de electricidade.

É fulcral abordar a temática dos solos para fundamentar os sistemas/práticas de gestão e a sustentabilidade dos ecossistemas e sua qualidade ambiental. Como referido resultam das interações entre clima vs. formações geológicas (ditando a exploração dos recursos minerais). As propriedades dos solos (calor específico e condutividade térmica) afectam o grau de variação de sua própria temperatura. Nas regiões tropicais menos desenvolvidas (com agricultura nomeadamente de carácter familiar) a prática do “slash and burn” poderá ditar a subida das temperaturas dos solos, derivada da queima da vegetação dos campos para permitir o cultivo, embora se denote perdas no campo da m.o. e (micro)fauna. Em Cuanza Norte os solos são principalmente de natureza rochosa: (para)Ferralíticos e fersialíticos (Sertoli, 2009).



Recursos minerais explorados em Angola

Fonte: http://1.bp.blogspot.com/-nKR01z_yY_E/UajXsJ4u6UI/AAAAAAAAATI/VoMeoRbeOr4/s1600/recursos+geologicos+de+angola.jpg

Clima

A localização de Angola na zona intertropical conduz a uma caracterização climática determinada por factores geográficos (latitude, radiação solar, circulação da atmosfera) conjugada com regionais/locais (exposição solar, topografia, corrente de Benguela).

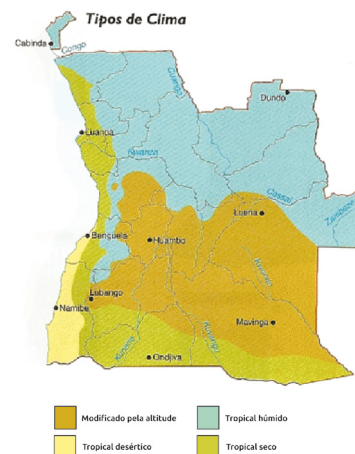
De clima Tropical, é marcado por duas estações: estação seca e fresca (designada de cacimbo), que compreende os meses de Maio a Agosto; estação das chuvas, podendo atingir até 8 meses, e quente (Agosto a Maio).

De uma maneira geral, o Sul regista maior amplitude térmica anual que o Norte.

A faixa litoral é caracterizada pelas temperaturas altas, elevado índice de humidade que favorece um clima tropical (seco-moderado) ao longo da planície costeira pela influência da corrente marinha fria de Benguela. A precipitação anual é normalmente mais fraca, inferior a 800 mm e as temperaturas médias superiores a 23°C.

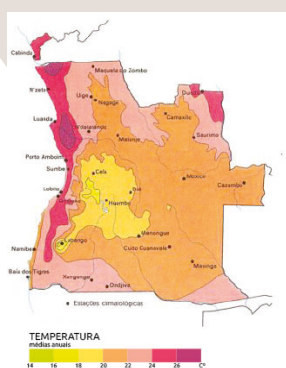
O clima Tropical pode ser afectado pela altitude (planalto central com precipitações anuais rodando os 1000 mm e temperaturas médias na ordem dos 19°C). Assim, o interior caracteriza-se pela humidade, que diminui com a altitude, assim como as temperaturas (5-26°C, na estação das chuvas que dura 4,5 meses em média). No planalto a precipitação regista entre 380 mm (Sul) e 1270 mm (na região norte, como Cabinda, o clima é Tropical húmido, de temperatura e precipitação mais elevadas) (Sertoli, 2009; AIP/CCI-DRIC, 1992: 15).

No Cuanza Norte o clima é tropical húmido, registando uma média anual entre 20-26°C e pluviosidade entre 750-1250mm.



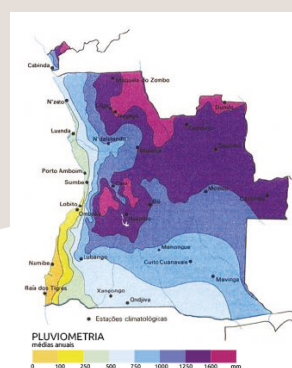
Mapa Climático

http://2.bp.blogspot.com/-qkXFKrj2380/U4k5JHHcq2I/AAAAAAAAAavc/cMreUWZyGeM/s1600/preview_html_m7f1b6453.gif



Mapa de Temperatura

Fonte: www.info-angola.ao/images/documentos/mapas/temperatura_percipitacao.jpg



Mapa de Precipitação

Fonte: www.info-angola.ao/images/documentos/mapas/temperatura_percipitacao.jpg



Vegetação

Angola é rica em recursos florestais. Quanto ao inventário da sua flora conta com cerca de 5064 espécies das quais se estima 1400 indígenas. Segundo White (1983) existem regiões fitogeográficas de uma elevada biodiversidade e nível de endemismos: Guineo-congolês; Afromontana (Morro do Môco); Karoo-Namibe (transição de estepes do Kalahari); tipo Zambeziaco (ca.70-80% do país).

Por exemplo, a província de Cabinda, a Norte do Rio Congo, está coberta por florestas tropicais. A variação térmica anual ronda os

5-6°C, significando não existir limitação para a desenvoltura das plantas, tanto as de clima temperado quer tropical (Costa, 2012). A floresta do Maiombe possui madeiras de alto valor económico: Pau-preto, ébano, sândalo, pau-raro e pau-ferro. É composta por vários estratos, principalmente por espécies perenifólias de elevada estatura: *Gossweilerodendron balsamiferum* Harms, *Terminalia superbia* Engl., *Chlorophora excelsa* Benth. & Hook. F., *Eentandrophragma angolensis* C.DC., *Ceiba pentandra* (L.) Gaertn., *Canarium schweinfurthii*.



Carta Fitogeográfica de Gossweiler 1939

Fonte: <http://4cce.org/photos/186-DOC-Mapa-1939->

Carta-Fitogeografica-de-Angola.jpg

O país é composto por Mosaico do balcodo-savana; balcodo-bodsque (chanas do borracha); Prados (chanas e anharas); Estepes; Desertos; Florestas abertas. Caracterizam-se de seguida as principais formações vegetativas existentes em Angola, segundo a Carta Fitogeográfica de Angola (Gossweiler, 1939):

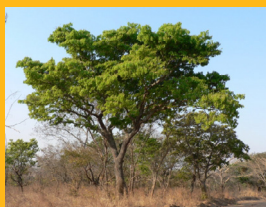
A-Florestas Húmidas de Baixas e Médias Altitudes

De grande biodiversidade, localiza-se em zonas mais chuvosas do N e NE. Patente em zonas mais húmidas, nas florestas mesófilas semicaducifólias (em bolsas, exceções no território). Com sub-bosque de arbustos ou árvores de pequena estatura, sempervirentes, e espécies lianiformes.

Exemplos: floresta do Maiombe, galerias florestais de rios a Norte, os palmares de *Elaeis guineensis* Jacq., e a floresta cafeeira* (baixa estratificação), Laurilignosa ou floresta de chuvas e nevoeiros-Gossweiler, 1939; Barbosa, 1970. * *Albizia grabrescens* var. *angolensis* Bak. F., *A. Gumifera* (Gmel.) C. A. Smith, *A. Angolensis* Welw., *Ficus mallatocarpa* Warb., *F. mucoso* Welw., *F. exasperate* Valh., *Piptadenia Africana* Hook.f., *Maesopsis cminii* Engl., *Celtis zenkeri* Engl., *C. soyauxii* Engl., *C. kraussiana* Bernh. E *Sterculia tragacantha* Lindl.

B- Matas e Savanas de Tipos Relativamente Húmidos

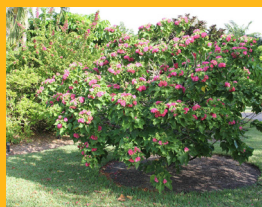
Constituem mangais (zonas de Foz), as também designadas florestas de Panda que são vastas no território. Correspondem aos géneros: *Julbernardia*, *Brachystegia*, *Combretum*; espécies: *Burkea*, *Baphia*, *Swartzia*, *Maprounea*, *Parinari*, *Monotes*. Existem pomares (*Duriherbosa*) e géneros associados: *Dombeya*, *Combretum*, *Annona*, *Piliostigma thonningii*.



Brachystegia



Combretum



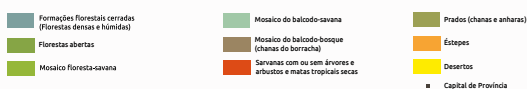
Dombeya



Swartzia



No Cuanza Norte existem principalmente formações florestais cerradas (florestas densas e húmidas), florestas abertas, mosaico de floresta-savana e ainda mosaico de balcedo-savana. Embora há algum tempo a exploração de madeira se encontre debilitada, trata-se de uma actividade que funciona com alguma debilidade, considera-se como sendo fulcral pelas potencialidades da floresta autóctone na região dos Dembos e face ao facto da sua madeira ser serrada e transformada localmente - estes motivos concorrerão para a reactivação de pequenas carpintarias e marcenarias (Info Angola, 2018).



Fonte: www.google.com/search?q=carta+fitogeografia+de+angola&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj_buvJ64fcAhWQZ1AKHbtAXhaQ_AUICiaB&biw=1920&bih=963#imarc=9c7zWTG285LFsM

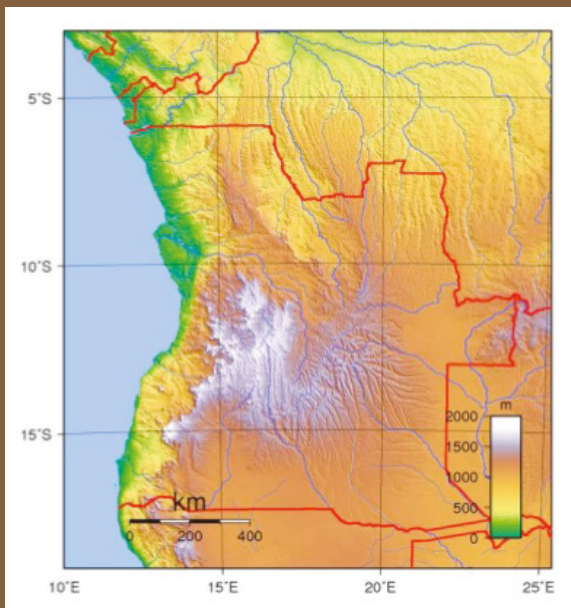
Hipsometria – Relevo

Angola possui um relevo de maciço de terras altas, limitado por estreita faixa - baixa ao longo da orla costeira, com altitudes de 0-200m, acima dos quais se destacam elevações podendo formar Planaltos ou Montanhas.

Assim, das planícies litorais passa-se através de uma série de superfícies planas, escalonadas a diferentes altitudes, para uma vasta região elevada de cimos relativamente planos. A altitude da região planáltica situa-se entre 1000-1500 m e ocupa a maior parte do País (60%). Na região Centro, prolongando-se um pouco para Sul, existe uma zona pouco extensa variando entre os 1500-2000 m, registando-se aí a maior elevação do País - o Morro Môco com 2620 m de altitude (Huambo). Ao longo da formação da Terra foram-se depositando sedimentos, sob materiais cristalinos arcaicos, formando potentes capas de areia e xistos argilosos - superfícies planálticas com uma altitude média de 1200 m.

A Norte, a planície costeira eleva-se de modo suave a partir do litoral atlântico. Na zona central e Sul, escarpas abruptas separam-na dos bordos do planalto de Benguela-Bié (1500-1850 m). Na meseta do Bié alinha-se uma sucessão de serras de vertentes escarpadas, tais como, as Serras de Chela e Upanda (com o supramencionado Monte Môco). Estes planaltos do SE angolanos são manifestações mais setentrionais do deserto do Calaari, que se localiza entre a Namíbia e o Botswana (Sertoli, 2009).

A altitude em Cuanza Norte ronda os 200-1000m, sendo uma província situada numa região de relevo bastante acidentado (Info Angola, 2018).



Hipsometria

Fonte: https://www.google.com/search?q=hipsometria+angola&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=Uf36ojUN6Nl3iM%253A%252C_XPNMK-0z0YwtZM%252C_&usg=__pNVYmEUftcX7p-

Hidrografia

Face à configuração do relevo e situação tropical, a hidrografia da região apresenta-se muito rica. Assim, derivada à grande extensão da zona planáltica central os talwegues agrupam-se segundo o sentido de escoamento em 4 vertentes:

- Atlântica, rios que correm para O, i.e. oceano: Chiloango, Congo (ou Zaire), Bengo, Kwanza, Cunene, Keve, Catumbela;
- Zaire, rios que correm para N: Cuango e Cassai e seus afluentes (Cuilo, Cambo, Tchicapa, Luachino);
- Zambeze, rios que correm para E (Zambeze e afluentes Luena, Lungué-Bungo, Cuando e Chobe);
- Kalahari, rios (de curso intermitente) que correm para S: Kubango e afluentes (Cuchi e Cuito).

O rio com maior caudal africano é o Rio Congo ($40000 \text{ m}^3/\text{s}$) cuja foz provoca descontinuidade territorial em Angola- enclave de Cabinda. Ademais, derivam afluentes e que podem provocar limites territoriais: a Norte e delimitando a fronteira, foz do Congo, Cassai; também, Cuango, Cuilo, Chicapa; a Sul e delimitando a fronteira com a Namíbia: Cunene (desagua directamente no oceano); Cubango, Cuito e Cuando (que descem em direcção às bacias endorreicas no Botsuana).

O Cunene, Kwanza e Kubango são, de entre aqueles que deambulam exclusivamente em território angolano, os mais importantes e sendo o mais navegável o Rio Kwanza com mais de 1000 km de extensão.

Outros rios que nascem em Angola são o Lungue-Bungo (contemplando cascatas até 100 m de altura) que se dirigem para SE originando o Rio Zaire e Zambese, o mais extenso de África com 2680 km e com inúmeros afluentes.

O Rio Kwanza passa pela província de Cuanza Sul e o Rio Negage pela de Cuanza Norte, originando o afluente Dondo que desagua em Luanda (Sertoli, 2009).

A província de Cuanza Norte é banhada, entre outros, pelo extenso Rio Kwanza, constituindo o maior rio inteiramente angolano (Info Angola, 2018).



Rios, Estradas, Fronteiras

Fonte: www.monografias.com/trabajos74/impacto-globalizacion-economica-industria-diamantes/image015.jpg

Geologia e litologia

A partir da costa e sob o ponto de vista geomorfológico encontram-se 6 unidades: faixa litoral, zona de transição, cadeia marginal de montanhas, planalto antigo, bacia do Zaire, bacia do Zambeze e bacia do Lubango.

Como referido, o território é caracterizado principalmente por extensos planaltos e Talude Atlântico, escadaria abrupta em direcção ao Oceano Atlântico. O ponto mais alto situa-se em Huambo, no Monte Môco (2620m).

Dos minerais destaca-se o petróleo (em Cabinda, Soyo e Quiçama) e os diamantes (Lunda e Malange) como sendo o maior recurso de Angola. Para além destes existem jazidas de ferro, cobre, ouro, chumbo e zinco, manganês, volfrâmio, estanho e urânio (IPC, 2000: 18).

Três unidades principais caracterizam a estrutura geológica do território angolano: orla sedimentar litoral (3,3%), que acompanha a zona costeira, e formações de Cobertura (59%, i.e. ca. 2/3 de Angola) abrangendo as regiões NE, E, SE e parte do S; Maciço Antigo (38%), cobrindo quase toda a metade territorial a O (IPC, 2000: 18). Passam-se a descrever pormenorizadamente (MPAM, 1968):

A-Maciço Antigo

A1-Formações geológicas antecâmblicas:

Complexo de Base: granitos gnaissicos, gnaisses de composição variável e magmáticos (inferior); filádios, xistos vários e quartzitos (superior)

Sistema do Congo Ocidental: Sansicua (arcoses, quartzitos, xisto argilosos, alguns calcários), Alto Chiloango (correntes de lama em meio submarino e englobando materiais do Complexo de Base e da Sansicua - e por xistos argilosos, quartzitos, argilitos e calcários com algumas estruturas estromatolíticas), Xisto-Calcária (do Tilóide superior, a que se sobrepõem xistos, calcários com estromatolitos e calcários dolomíticos) e Xisto-Gresosa (conglomerado a que se seguem grauvaques, xistos argilosos, arcoses grosseiras e grauvaques com estratificação entrecruzada)

A2-Rochas eruptivas precâmblicas

Entre elas: Granitos calcoalcalinos, granodioritos, e pórfiros granodioríticos e quartzodioríticos (provincia do Zaire, Sul Rio Cuanza, Sul Angola); granitos róseos alcalino-ortósicos ricos em fluorite, pórfiros, andesitos, dacitos e doleritos (Sambo-Cuíma, Capelongo, Cassinga e Caiundo); pórfiros (Cassinga, Capelongo) (Mouta, 1954).

B- Formações de Cobertura - psamíticas

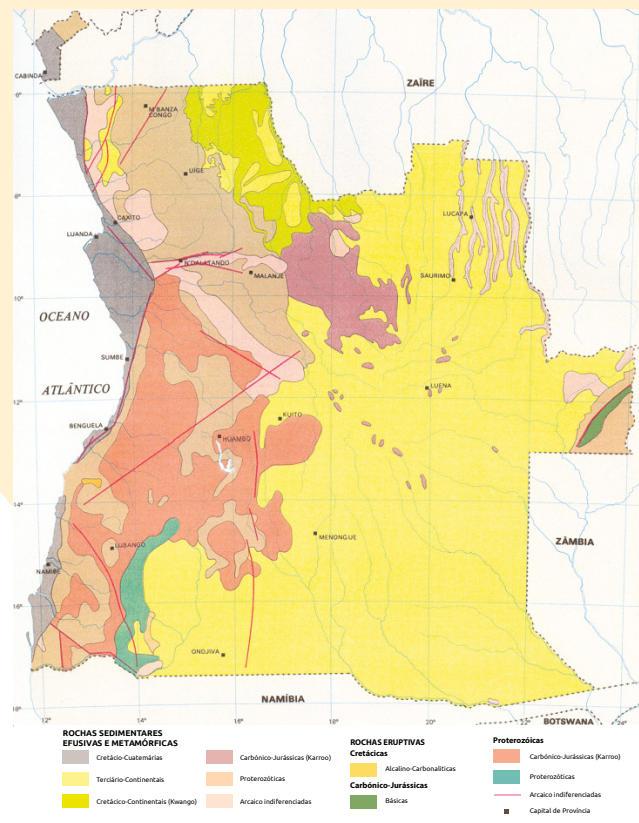
Entre elas: Rochas xisto-gressosas do Sistema do Karroo; conglomerados "grés finos-argílicos" do Cretácico Continental; "grés polimorfos" areias eoleas e cascalhoelras roladas fluviais - Sistema do Kalahari.

C- Orla Litoral com 5 bacias sedimentares marinhas

Ou seja, Cabinda, Congo, Cuanza, Benguela, Moçâmedes. O Cuanza possui formações secundárias, terciárias e quaternárias; de grande valor económico e área expressiva.

Contam com conglomerados, margas gipsíferas, calcaremitos, calcários oolíticos e margosos, calcários dolomíticos e calcários fossilíferos do Cretácico inferior e superior. Seguem-se formações margosas silicificadas, eocénicas; e ainda camadas oligo-miocénicas (com margas gipsíferas, calcários gresosos, argilas e margas siltosas, arenitos). As formações plioptiocénicas possuem areias e conglomerados (Mouta, 1954). Nas principais fozes concentram-se aluviões recentes, flandrianos; onde rochas eruptivas do cretácico (basaltos, doleritos e pórfiros) se depositam nas suas orlas (Sertoli, 2009).

Cuanza Norte possui nomeadamente rochas sedimentares efusivas e metamórficas Proterozóicas, sendo interrompidas por falhas Proterozóicas numa faixa de N´Dalatando a Malanje (E-O), com rochas eruptivas de composição média e ácida. Geomorfologicamente, a província possui uma cadeia marginal de montanhas e caracteriza-se pelo seu terreno pouco plano (ANGOP, s.d.).



Rochas Sedimentares, Eruptivas e Metamórficas

Fonte: <http://www.info-angola.com/images/documentos/mapas/solos.jpg>

CUANZA NORTE

Caracterização da província do Cuanza Norte

Capital | N'Dalatando

Área | 24 110 km²

População | 420 mil habitantes (maioritariamente de origem Kimbundo, assim como a língua falada)

Treze Municípios | Cazengo, Lucala, Ambaca, Golungo Alto, Dembos, Bula Atumba, Cambambe, Quiculungo, Bolongongo, Banga, Samba Cajú, Gonguembo, Pango Alúquem

Clima | Tropical Húmido, temperatura média: 23°C

Distâncias N'Dalatando-Luanda | 248 km

Distâncias N'Dalatando-Malanje | 175 Km

Indicativo telefónico (entre províncias) | 035

Rodovias | Várias estradas nacionais ligando-a num sentido a Luanda, possuindo uma outra ligação a Dondo e N'Dalatando e num outro às Cidades Uíge, Lucala e ainda uma outra via Nacional que permite a comunicação com Malange, Saurimo e Luena

Caminhos de Ferro de Luanda | Luanda-Cuanza Norte (479 Kms); Luanda-Malange (424 Kms), ramal do Dondo, a partir do Zenza do Itombe (55 Kms) (Barrica, 2012: 193)

Ligações Aéreas | Pista a 7 Km do centro da cidade (para aviões de pequeno e médio porte), N'Dalatando com aeródromo (aviões de pequeno porte)

Pontos turísticos | praias fluviais em Cambambe-Vila do Dondo («praia de Kiamafulo ideal»); ecoturismo face à Reserva Florestal de Caculama (800 km², com fronteiras a N e O pelo Rio Zenza, a S e E, Rio Calucala) e do Golungo Alto (558 km² com fauna: pacaças, hipopótamos, antílopes, veados, capota -galinha selvagem-, perdizes, elefantes, leões, leopardos, lobos, hienas, chacais e mabecos), Floresta de Balongongo (800 km² delimitada por 2 cursos de água), a 10 km da cidade Quedas (de 100m) no Rio Muembeje e Nascente de Santa Isabel e do Sobranceiro (no sopé do morro, a 2km de Cazengo, com miradouro, parque e piscinas), Rio Lucala (para pesca desportiva), Centro Horto-Botânico de Kilombo (a 5 km de N'Dalatando), desenvolvimento do turismo histórico (e.g. sepultura da Rainha N'Ginga, Fortaleza de Massangano). Pode-se adquirir artigos artesanais (madeira, argila, bordão) na Delegação do Ministério da Cultura (LNITEL, 2012: 83-84; Barrica, 2012: 193)

Festas | Dia 18 de Julho (cidade N'Dalatando)

Gastronomia | tipicamente angolana, o funge de bombó ou milho, mas o acompanhamento é mais exótico nesta província i.e. com carne de caça estufada (kifula) ou gafanhotos de palmeira cozidos ou tostados ou ainda muleta (igualmente com carne de caça) (LNITEL, 2012: 85)

Economia | rica em minérios - estando a receber investimentos (inter)nacionais: cobre, ferro, manganésio e diamantes. Pólo industrial em Cambambe com actividade no sector têxtil e bebidas. Produtos agrícolas cultivados: algodão e café. Ambiciona-se recuperar a produção de algodão e cereais (LNITEL, 2012: 81)

Investimentos

Turismo - a desenvolver a potencial zona turística da Barragem de Cambambe (2ª maior barragem hidroelétrica que fornece energia na zona Norte do país) e o turismo histórico.

Floresta e sua flora e fauna - a riqueza biológica da província, em particular os 100mil ha de floresta densa que provisionam abundantes recursos de madeira nobres, colocam-na em 4º lugar em termos de aprovisionamento de recursos de madeira e com potencial de produção. Com espécies florestais raras e de grande valor económico, factor pelo que muita área florestal fora devastada, havendo necessidade de revitalizar o sector florestal mediante programas do ministério de agricultura e governo provincial – contando com a criação de associações de carvoeiros e serrarias artesanais, restauração da vegetação com prevenção de actos de violação das espécies, construção de infra-estruturas para a expansão das acções dos diversos municípios, criação de reservas naturais para se preservar as espécies animais que são abatidos por caçadores furtivos (criação da reserva de S. Pedro da Quilemba, a 38 km de Dondo); preservar fauna e a flora - recursos essenciais para a subsistência do povo- entre elas, as florestas da província que são ricas em madeira preciosa e santuários de moreiras, mwanzas, wengé, madeiras de cor-de-rosa, guaiaco e granadilla da África (ARAACS, 2011: 120-121).

Agricultura – no sector agro-alimentar e agro-industrial, a natureza dos solos permite agricultura de sequeiro com produções agrícolas e frutícolas, incluindo: mandioca, milho, produtos hortícolas, batata-doce, batata, amendoim, feijão, soja, girassol, óleo de palma, café, cana-de-açúcar, citrinos (laranja, mandarina, limão), bem como plantas ornamentais (de interior e exterior), em especial a Rosa de Porcelana de Angola. A província destaca-se como o 4º maior produtor de café no país (teve seus centros de produção distribuídos por 9 municípios, excepto em Cambambe) (ARAACS, 2011: 120-121).

Pecuária - o planalto de Camabatela e a região de Samba Cajú são os mais propícios à criação de gado (carne, leite) face às vastas pastagens naturais favorecidas pelas chuvas abundantes (345 000 m³) (ARAACS, 2011: 120-121).

Barragens – importante assegurar a segurança das mais antigas e aumentar a produção hidroelétrica apostando em novas infra-estruturas: Capanda, Cambambe, grandes barragens do centro e do Sul do país, grandes rios do Huambo e uma melhor exploração do rio Cunene (ARAACS, 2011: 120-121).



Localização da província

Fonte: <http://www.guiaturisticoangola.co.ao/index.aspx?menuid=133&lang=P>

História

O território de Angola é habitado, pelo menos, desde o Paleolítico Inferior, sendo os khoi-san, considerados os autóctones originais, tendo os povos bantus chegado mais tarde.

Em 1482, o navegador português Diogo Cão aportou na foz do rio Congo. O encontro com o rei Nzinga a Nkuwu do reino do Congo levou ao primeiro reconhecimento europeu daquela nação. Na sua capital, a actual cidade de Mbanza Congo, no Norte de Angola, o rei recebeu os estrangeiros como amigos e, oito anos depois, converteu-se ao cristianismo. Desde o século XV, Portugal seguiu duas estratégias: estabelecer uma base comercial em Luanda e promover uma lenta cristianização, introduzindo elementos da cultura europeia, por intermédio de padres cultos. Numa série de guerras e acordos, Portugal foi controlando o território que se estendia até ao reino do Ndongo, enquanto de Luanda saía um fluxo de escravos com destino a Portugal e ao Brasil. No século XVII, durante a dominação filipina de Portugal, os holandeses ocuparam Luanda, retomada em 1648, seguindo-se os estados do Congo e Ndongo em 1671.

Portugal, só se esforçou para ocupar o actual território de Angola após a Conferência de Berlim para a divisão de África. Este processo foi demorado, e só depois da Proclamação da República é que a expansão avançou rapidamente, até ao domínio integral do território em 1920, tendo o Estado Novo consolidado o sistema colonial.

Em 1950, começou a ser organizada a resistência contra a colonização portuguesa de Angola, que culminou numa guerra com três atores principais: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), com base social nos Bakongo, suportada pelo Zaire e os EUA; o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), com raízes sociais entre os Ambundu e a população mestiça, apoiado pela União Soviética e Cuba; e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), enraizada entre os Ovimbundu, dependente da África do Sul.

Portugal, durante o conflito, tentou consolidar a presença em Angola, alterando o estatuto jurídico, concedendo mais direitos aos habitantes, expandindo o ensino e realizando obras públicas, para além do envio de milhares de soldados. Com o desenvolvimento das produções industrial e agrícola, entre 1960 e 1973, a taxa de crescimento do PIB angolano foi cerca de 7%.

Após o 25 de Abril de 1974, Portugal concedeu a independência aos territórios ultramarinos. Mas a saída dos portugueses e as lutas fratricidas entre angolanos levaram a muitas mortes e ao colapso da indústria, da agricultura e do comércio.

O MPLA ficou a governar o país e o seu líder, António Agostinho Neto, tornou-se o primeiro Presidente da República de Angola. Porém, o conflito entre o MPLA e a UNITA (comandada por Jonas Malheiro Savimbi) continuou. Quando Neto morreu, em 1979, sucedeu-lhe José Eduardo dos Santos, responsável pelos acordos de paz com a África do Sul e o Zaire. Em 1991, com a mediação de Portugal, da URSS, dos EUA e da ONU, realizaram-se os Acordos de Bicesse, assinados por Savimbi e Eduardo dos Santos, marcando-se as primeiras eleições democráticas angolanas para o ano seguinte, vencidas pelo segundo. Savimbi não aceitou a derrota e iniciou uma guerra civil que só acabou em 2002, com a sua morte. O país alcançava a paz, iniciando um difícil processo de reconstrução após 27 anos de conflito. A 23 de Agosto de 2017, com a eleição de João Lourenço como Presidente, iniciou-se um novo ciclo político. Actualmente, Angola promove a paz em diversas zonas de África, tendo programas para a modernidade, o progresso e a riqueza.

Em 2002, com as assinaturas dos acordos de Paz, Angola viu a sua economia estabilizar, despoletando crescimentos a par de economias como a China e outros em via de desenvolvimento, como o Brasil e a Índia, aprofundando veementemente relações comerciais, inclusive com os países de África Subsariana (Barrica, 2012: 47).

Com o crescente dinamismo proporcionado pelos sectores da construção civil, da agricultura e dos serviços evidenciou-se a crescente participação de um outro sector, o petrolífero, no PIB, com crescimentos na ordem dos 8,3% (2009) e 7,8% (2010), enquanto o mesmo se retraía face à redução de produção e preços (Barrica, 2012: 50). Assim, a economia de um País passará por diversos sectores e certamente a agricultura é uma mais-valia.

Para a inclusão social e produtiva a nível da população e prestação dos serviços sociais básicos e da harmonia social, o governo angolano possibilitou aos camponeses mais pobres, programas de ajuda familiar, e nomeadamente, decorrente de créditos agrícolas, incentivos para evitar as perdas de colheitas. Com o «Crédito Agrícola de Campanha» era possível desenvolver actividades agropecuárias a taxas de juro a 5%, com prazos de reembolso compatíveis com as mesmas. Aliando a estas, para um aumento de produção e comercialização (pecuária e agrícola) aliaram-se outros programas: Programa de Comércio Rural e Reabilitação-Reconstrução das Estradas de Angola (Barrica, 2012: 136).

Angola possui um quarto do seu país cultivável, num território que perfaz 1 246 700km², distribuídos em 3 zonas agro-ecológicas: o Norte, com clima tropical húmido, onde o principal alimento de cultivo é a mandioca; no Centro, tropical temperado, predominando milho em consociação com o feijão ou sorgo (e alguma pecuária); o Sul, com clima seco, predominando o sorgo ou milho-miúdo (80%) e milho em consociação com feijão amendoim e batata-doce (20%). Como actividade paralela, tem-se a pecuária, constituída por algumas cabeças de gado, por família (FAO/Aquastat, 2017). A fertilidade dos solos é limitada, sendo do tipo ferralítico (de fraco teor em macronutrientes) na região de planalto e arenosos nas zonas de costeiras (com fraco teor de retenção das águas pluviais). Assim, a intensificação sustentável dos sistemas tradicionais mediante a mobilização e fertilização deverá se associar a um rigoroso planeamento sob o risco de laterização (formação de crostas impermeáveis) e salinização, respectivamente (FAO/Aquastat, 2017).

Alguns produtos resistiram melhor à retracção dos mercados, como por exemplo, as exportações de lacticínios e ovos, assim como o peixe e as carnes congeladas (sobretudo porco e galinha). Também o bom desempenho do sector dos enchidos e das bebidas, salientado a cerveja. Nestes últimos 5 anos aumentou o sub-produto da indústria alimentar «rações», indiciando uma aposta assertiva na actividade da pecuária, para satisfazer estas necessidades (ITC Trade Map, 2017).



Caracterização económica actual – Banco Mundial

«Doing Business 2018: Reforming to Create Jobs»

Ranking Doing Business 2018, Banco Mundial

A actividade económica requer um quadro legal eficaz, não só favorável à iniciativa privada, encorajando o empreendedorismo, o surgimento e crescimento das empresas, mas também capaz de evitar distorções de mercado. Mas, a existência dessa moldura jurídica, por si só, não é suficiente. É importante que os investidores a conheçam, nem que seja em termos gerais. Para responder a esta necessidade, o Grupo Banco Mundial lançou, em 2003, o relatório anual Doing Business, uma das suas principais publicações. Neste estudo, é feita uma análise detalhada do ambiente de negócios de 190 economias, do Afeganistão ao Zimbabué, avaliando um conjunto de procedimentos, requisitos e custos, que os estados impõem às empresas. Para ajudar os empresários ou investidores, o relatório apresenta indicadores quantitativos que medem parâmetros que foram escolhidos em função da sua relevância no estímulo dos negócios. Aqueles índices geram pontuações que permitem comparar, facilmente, os 190 países estudados em cada uma das onze áreas seleccionadas do ciclo de vida de uma empresa, dentre as quais dez são incluídas na classificação das economias. Ao índice global, derivado da agregação de todos os parâmetros estudados, dá-se o nome de «Ease of Doing Business», ou «Facilidade em Fazer Negócios», com o qual se constrói a classificação final das economias analisadas. As 10 dimensões constituintes do índice global de 2018 são:

- **Abertura de empresas** – avalia as necessidades de tempo, capital, despesas e procedimentos para abrir e operar uma empresa;
- **Comércio internacional** – estuda as necessidades financeiras e temporais da logística da importação e da exportação de mercadorias;
- **Execução de contratos** – analisa as despesas e o tempo requeridos para resolver disputas comerciais num tribunal local de primeira instância;
- **Obtenção de alvarás de construção** – avalia o tempo, o custo e os procedimentos necessários para uma empresa construir um armazém, assim como o quadro legal aplicável ao sector da construção;
- **Obtenção de crédito** – estuda a disponibilidade de informações sobre operações de crédito e os direitos legais de devedores e credores;
- **Obtenção de electricidade** – analisa o tempo, o custo e os procedimentos necessários para obter o fornecimento de electricidade para um armazém, bem como o custo e fiabilidade do serviço, ao longo do tempo;
- **Pagamento de impostos** – avalia os impostos, as contribuições e os custos administrativos que uma empresa, de tamanho médio, paga num ano;
- **Protecção dos investidores minoritários** – avalia a protecção dos direitos dos accionistas, particularmente de investidores minoritários;
- **Registo de propriedade** – estuda o tempo, despesas e os procedimentos necessários para a aquisição duma propriedade, assim como o quadro legal aplicável ao sector imobiliário;
- **Resolução de insolvências** – analisa a força do regime jurídico aplicável, o tempo, o custo e os resultados dos processos de insolvência.

O conhecimento destas dimensões permite aos empresários lidar melhor com as condições locais de negócio, melhorando a sua competitividade.

A Confederação Empresarial da CPLP (CE-CPLP) organizou os diversos indicadores que compõem o Doing Business, estabelecendo «três pilares de desenvolvimento» sobre os quais assenta a sua «Estratégia a Médio Prazo (2015-20)» a ser aplicada nos países lusófonos. Aqueles pilares são:

- **Pilar 1** – Melhorar o ambiente de negócios e o clima de investimento
- **Pilar 2** – Alargar o acesso às infraestruturas sociais e económicas
- **Pilar 3** – Promover o desenvolvimento das empresas

O quadro seguinte regista a classificação de Angola em cada um dos 10 indicadores medidos. Estes estão agrupados em função dos três pilares supracitados e ordenados com base no seu desempenho respectivamente aos demais indicadores de cada pilar. Note-se que os dados publicados no «Doing Business 2018» analisam as medidas tomadas, entre Junho de 2016 e Junho de 2017, para criar empregos, atrair investimentos e aumentar a competitividade.

Angola	Facilidade em fazer negócios	Classificação global em relação a 190 países: 175
Pilares da Estratégia da Confederação Empresarial da CPLP	Indicadores da facilidade em fazer negócios	Classificações específicas
Pilar 1 Melhorar o ambiente de negócios e o clima de investimento	Obtenção de alvarás de construção	80
	Abertura de Empresas	134
	Registo de propriedade	172
Pilar 2 Alargar o acesso às infraestruturas sociais e económicas	Obtenção de eletricidade	165
	Execução de contratos	186
Pilar 3 Promover o desenvolvimento das empresas	Protecção dos investidores minoritários	81
	Pagamento de impostos	103
	Resolução de insolvência	168
	Comércio internacional	180
	Obtenção de crédito	183

Fonte: Relatório do Banco Mundial «Doing Business 2018 (Country Tables: Angola)»

Como se pode constatar da tabela, as melhores classificações obtidas por Angola foram nos indicadores «Obtenção de alvarás de construção» (80ª posição) e «Protecção dos investidores minoritários» (81ª). Em relação ao primeiro, Itália, Espanha ou a média da África Subsaariana, classificadas nas 96ª, 123ª e 129ª posições, estão claramente atrás de Angola. Quanto ao segundo, Angola está mais bem classificada do que a Hungria e a Suíça (ambas na 108ª), ou o Luxemburgo (119ª), para além de estar acima da média da África Subsaariana (126ª). Portugal está nas 32ª e 57ª, respectivamente.

As áreas mais necessitadas de melhoria futura são a «Execução de contratos» (186ª), dependente da morosidade da justiça; «Obtenção de crédito» (183ª), dependente do enquadramento legal vigente; «Comércio internacional» (180ª), dependente da estrutura logística e dos seus custos. A média da África Subsaariana coloca-a nas posições 128ª, 115ª e 137ª; Portugal está nas 19ª, 105ª e 1ª, respectivamente. Os indicadores «Abertura de empresas», «Obtenção de alvarás de construção», «Execução de contratos», «Pagamento de impostos» e «Comércio internacional» serão tratados adiante, com mais pormenor.

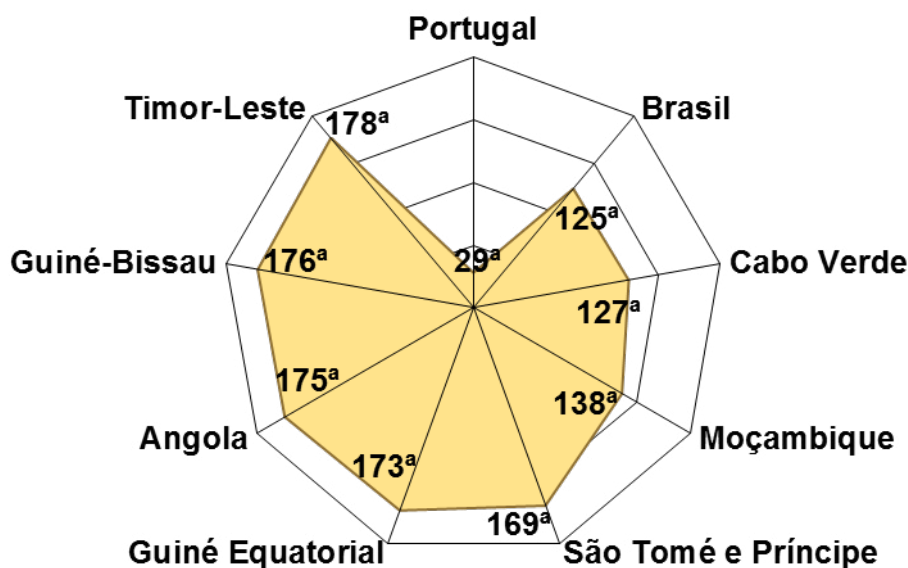
Angola, entre 2016 e 2017, registou uma melhoria de sete lugares na sua classificação, subindo de 182º para 175º, de uma maneira geral, embora ainda esteja abaixo da média da África Subsaariana, aonde se destacam as Maurícias, que, com o seu 25º lugar, é o país africano mais bem classificado, à frente do Japão ou a maioria dos países europeus, como Portugal, França, Holanda ou Suíça. Na África Austral, destaca-se o Botswana, em 81º.

O relatório designa a nota dos países avaliados por «Distância à Fronteira» (DTF), sendo esta a medida do intervalo entre o país em causa e o melhor classificado («fronteira»), classificando-os com base nela. Sendo inversamente proporcional, quanto menor for a pontuação maior será a distância ao melhor desempenho verificado.

A CPLP sendo constituída por nove economias, só tem uma no conjunto dos países que perfazem a metade mais favorável da classificação, a nível mundial, da «Facilidade em Fazer Negócios»: Portugal, na 29ª posição. Todos os outros estão abaixo da centésima posição, ficando Angola na 175ª.

O gráfico ilustra as posições dos países da CPLP, de acordo com o conceito «Distância à Fronteira», quer relativamente uns aos outros, quer em relação ao país melhor classificado, Nova Zelândia, representado pelo vértice central.

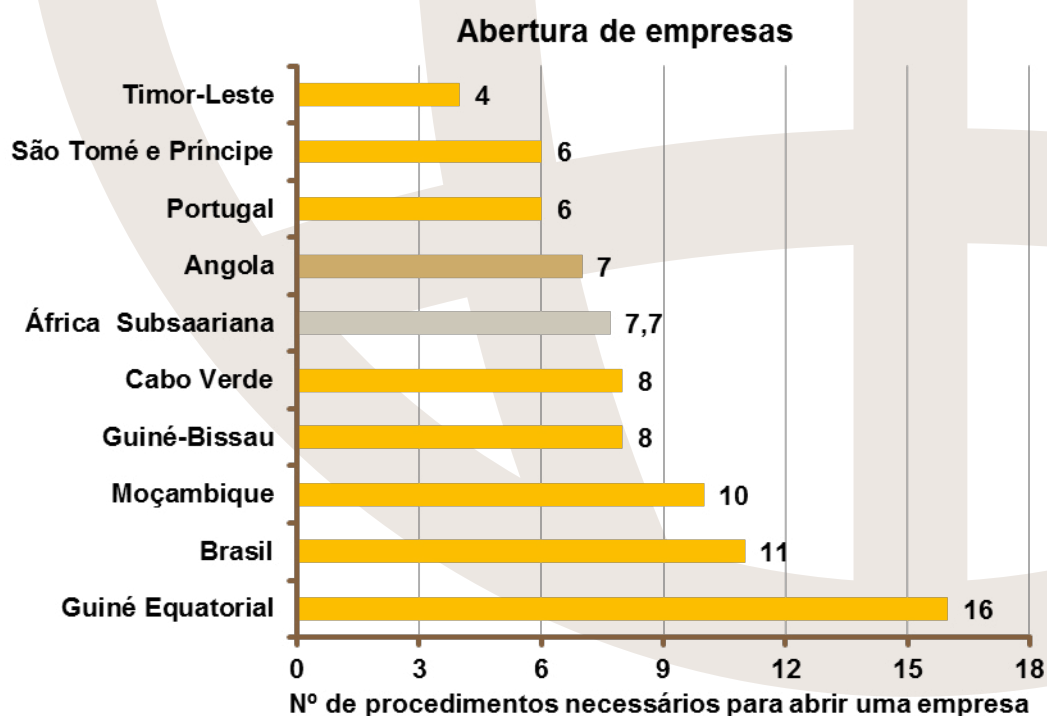
Classificação relativa à facilidade para fazer negócios



Tendo Portugal a menor distância e Timor-Leste a maior, Angola está na 7ª posição dentre os países da CPLP.

Angola foi uma das 34 economias, nas quais se inclui Cabo Verde, que, naquele período, puseram em curso reformas com impacto positivo no ambiente de negócios em, pelo menos, três áreas. Tais melhorias devem-se à aposta, do executivo angolano, na melhoria do ambiente de negócios no país, pondo em prática um programa de modernização dos serviços, com destaque para a instalação de plataformas electrónicas, simplificação e desburocratização em diversos sectores na economia real.

Entre os diferentes itens da classificação de Angola, é notória a melhoria do desempenho dos serviços notariais, em termos de «Abertura de empresas», uma vez que o país se situa na posição 134, melhor classificado do que a média da África Subsaariana, em geral, e do que a África do Sul, a Namíbia ou o Botswana, em particular.



Angola, notavelmente, tem menos diligências para abrir uma empresa do que a Austria (8), Alemanha ou o Japão (ambos com 9), ficando em 4º lugar na CPLP.

A grande contribuição para este resultado é a existência do «Guiché Único de Empresas» (GUE), dependente do Ministério da Justiça. Inaugurado em Agosto de 2003, este serviço tornou-se efectivo a partir de 2004, tendo registado, até Fevereiro de 2018, a constituição de 81 mil 160 empresas, segundo o seu director-geral, Israel Nambi. Isto dá uma média diária de 50 empresas, entre micro, pequenas e grandes empresas, requeridas por nacionais, ou estrangeiros a título de sociedade. Contra os anteriores 90 dias e um custo de 100 mil kuanzas, os solicitantes, actualmente, conseguem constituir uma empresa em 24 horas, bastando para isso 12 mil kuanzas, cópias dos documentos de identificação e de contribuinte.

O foco na diversificação da economia angolana, com a ajuda de investimento privado, nomeadamente português, levou à alteração das leis que dificultavam a entrada de investidores estrangeiros. Assim, doravante deixa de existir a obrigatoriedade de sócios angolanos terem uma posição de, pelo menos, 35% no capital social da empresa. Este novo enquadramento, facilita o investimento de empresários portugueses, nomeadamente no sector do agronegócio.

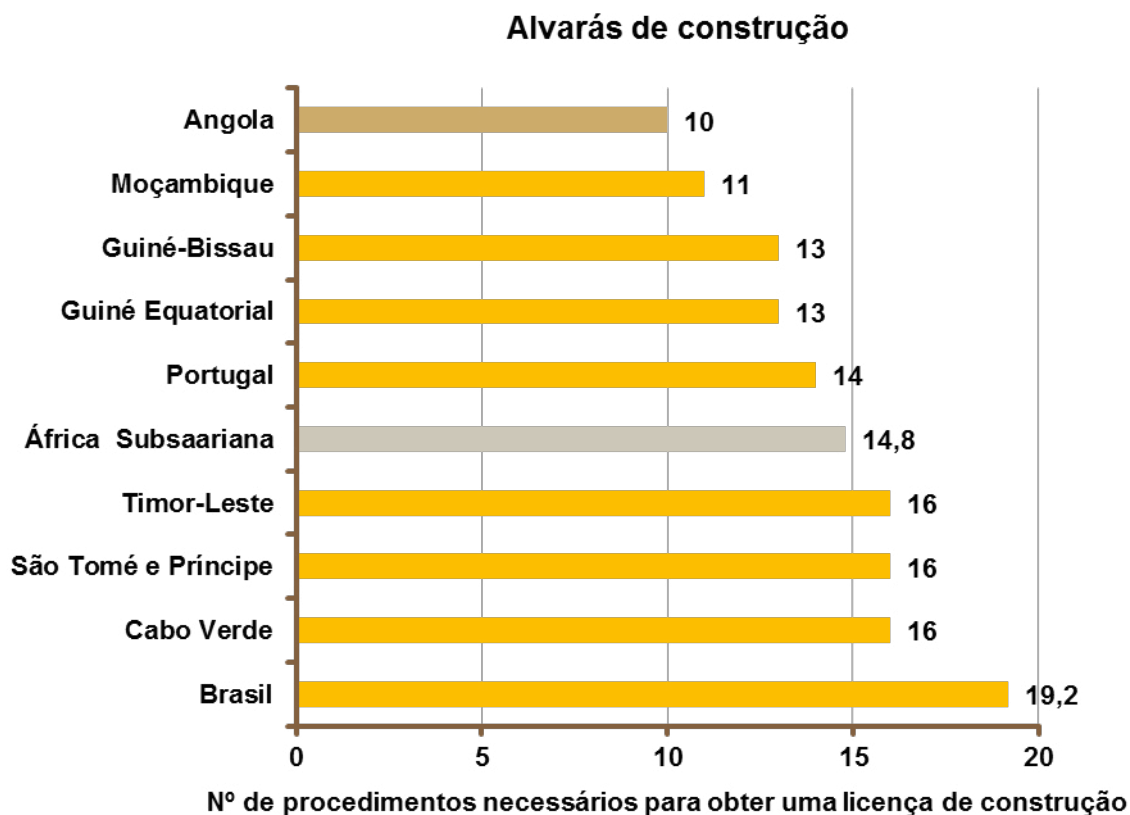
No relatório do Banco Mundial, as melhorias, em Angola, destacadas no período avaliado (de Junho de 2016 a Junho de 2017), aconteceram na atribuição de licenças de construção, no acesso à electricidade e no comércio internacional.

Segundo o documento Angola facilitou:

- o sistema de pedidos de alvará de construção, tornando o processo menos demorado;
- a obtenção de electricidade com a modernização da rede elétrica de Luanda, reduzindo o tempo dos estudos de viabilidade para novas conexões;

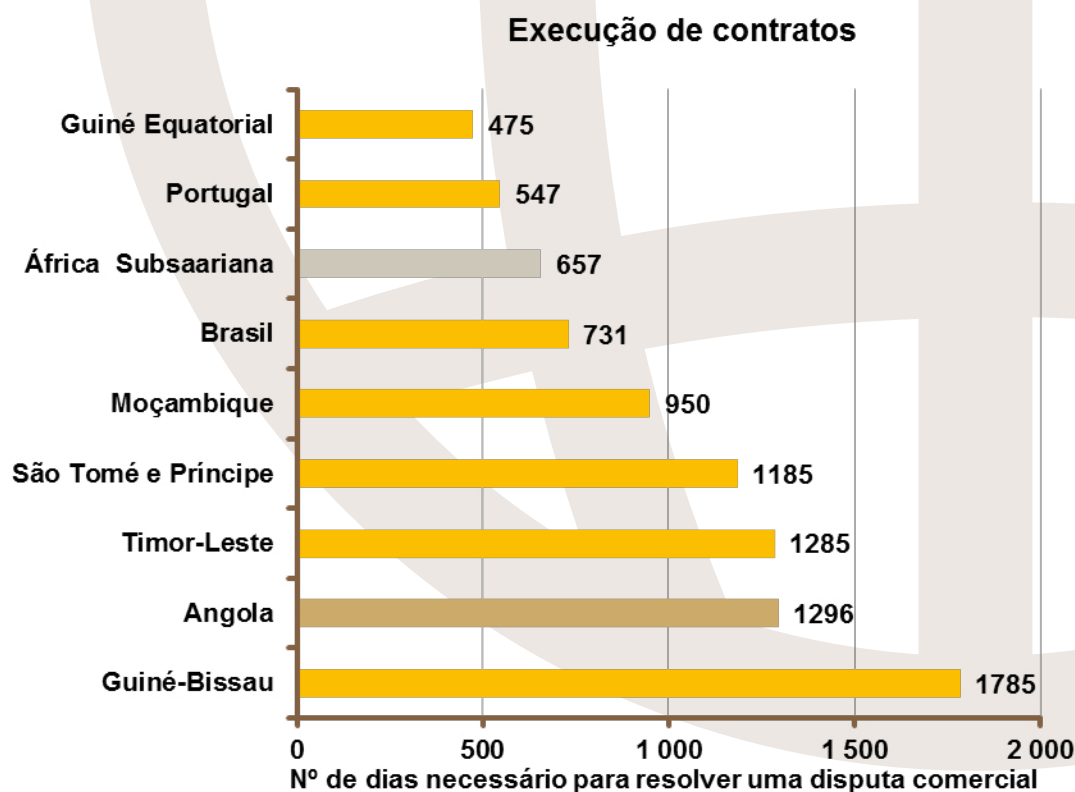
- o comércio internacional, quer reduzindo o tempo de conformidade com as exigências na fronteira, quer ao reabilitar o Porto de Luanda, melhorando a sua infra-estrutura e os processos de movimentação.

O esforço de Angola, na área dos alvarás de construção, reduzindo os procedimentos para 10, colocou-a no grupo das dez melhores economias do mundo – como a Alemanha ou o Reino Unido – em número de diligências, à frente da Noruega ou da Nova Zelândia (ambos com 11), ou o Japão (12), ficando em 1º lugar na CPLP.



Angola está, igualmente, muito bem posicionada em termos dos custos associados a todos os procedimentos necessários para construir, legalmente, um «armazém» ou «nave industrial», que são dos mais reduzidos do mundo.

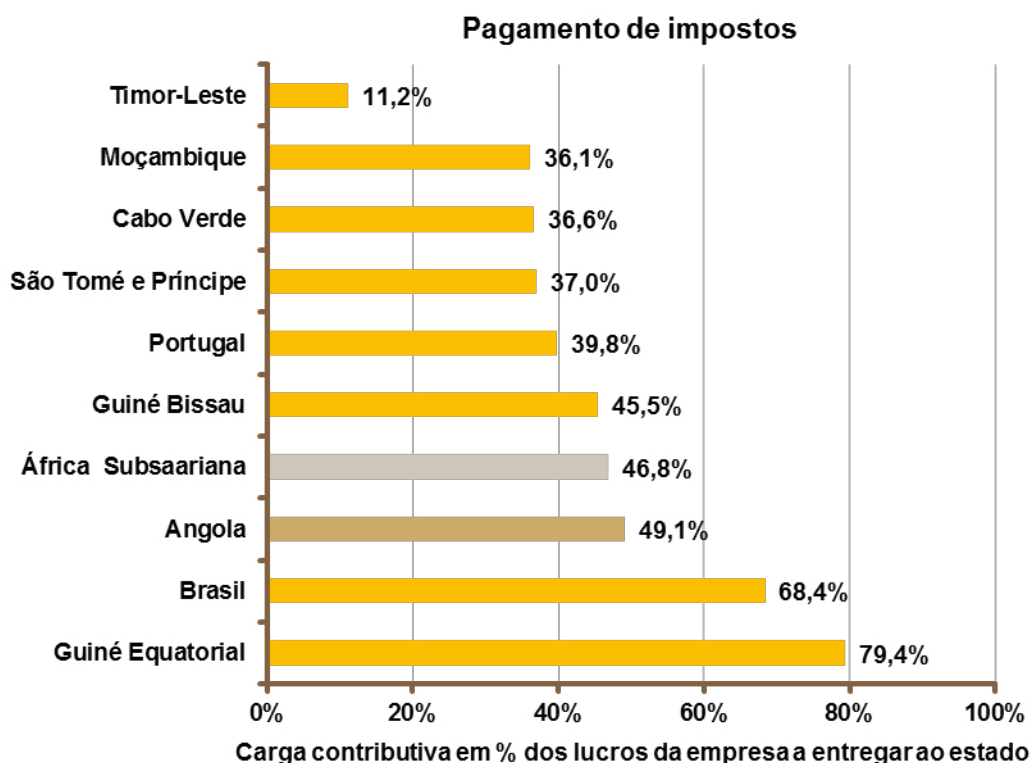
Angola, como qualquer outro país, tem áreas mais desafiantes do que outras. O tempo da justiça – considerado longo em qualquer país – é um desses exemplos. Um empresário deve estar ciente que, no caso duma disputa comercial, o prazo de execução dum contrato, isto é, o tempo necessário, contado desde o instante em que a entidade vendedora inicia a acção no tribunal até ao momento em que recebe o pagamento devido, rondará os 1300 dias.



Nesta vertente, a comparação de Angola com os outros países da CPLP, ou com a média da África Subsaariana, coloca-a numa posição mais desfavorável do que noutras áreas. No entanto, com a aposta do actual governo em captar investimento directo estrangeiro, será previsível uma melhoria neste campo.

As contribuições e impostos, que uma empresa tem de entregar ao estado, são inerentes à sua actividade. Sendo uma fonte de receitas para o estado, este pode decidir abdicar dela, em parte ou na totalidade, caso considere que os benefícios para a economia nacional sejam superiores.

O estado angolano tem estado preocupado com o efeito da carga fiscal no investimento, tendo diminuído, em 2014, a carga tributária, em sede de Imposto Industrial, de 35% para 30%. No gráfico, está reflectida a situação até Junho de 2017.



Na dimensão “pagamento de impostos”, detalham-se os encargos tributários que uma empresa, de tamanho médio, paga durante o ano fiscal. Os emolumentos administrativos também são incluídos. Como indicador mais relevante daquela dimensão, tem-se o “total de impostos sobre o lucro”, dado em percentagem dos lucros comerciais.

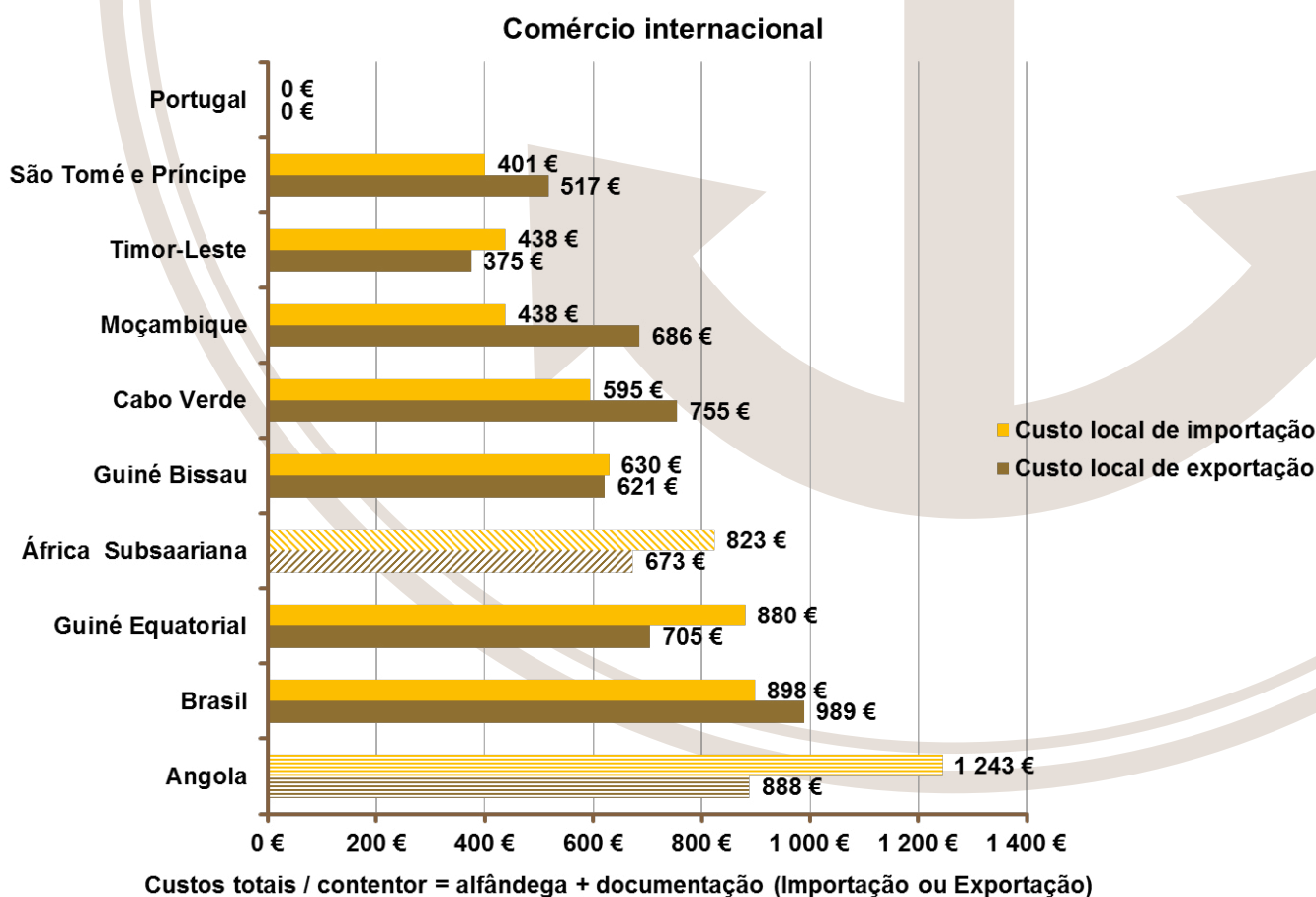
A carga contributiva ilustrada mostra o que uma empresa, já em actividade, teria de pagar anualmente, até Junho de 2017, caso não tivesse benefícios fiscais. Contudo, para os novos investimentos a situação é distinta.

Os empresários portugueses, que queiram investir em Angola, poderão usufruir dum regime de atribuição de benefícios fiscais aos investidores, como a redução no pagamento de impostos por um período até 10 anos, em função:

- do montante de investimento;
- dos sectores de actividade;
- das zonas de desenvolvimento.

A obtenção de benefícios será favorecida em sectores prioritários, como a alimentação, agroindústria ou recursos florestais, áreas cobertas por esta Missão Empresarial.

O «Doing Business», na dimensão «Comércio internacional», avalia os procedimentos, tempos e custos (excluindo impostos e tarifas) associados aos processos logísticos, quer da importação, como da exportação de mercadorias, na economia sob análise. Os três tipos de procedimentos avaliados, essenciais à exportação ou à importação de um carregamento de mercadorias, são: conformidade com os documentos; conformidade com as exigências na fronteira; e o transporte doméstico. Cada procedimento oficial envolvido é registado a partir do acordo contratual final, entre ambas as partes, até a entrega da mercadoria. No gráfico estão apresentados os valores totais, ou da exportação ou da importação, em vez dos custos índices parcelares do relatório, porque o seu somatório corresponde ao valor a ser efectivamente pago.



O gráfico está ordenado pelo custo local de importação, em euros (com base na taxa de câmbio de 14/05/2018: 1\$ = 0,83417€), pois é este valor que interessa aos exportadores portugueses. Angola tem o custo de importação mais elevado da CPLP, pelo foco governativo no incentivo à produção local, ainda incipiente, protegendo-a da concorrência externa.

As despesas locais, associadas à importação, não devem dissuadir os exportadores portugueses. Pelo contrário, pois o volume de importações alimentares de Angola é o maior dentre os PALOP (2364 Milhões €), e os concorrentes internacionais estão sujeitos aos mesmos condicionalismos de acesso ao mercado que as empresas portuguesas. Além disso, a concorrência não tem a grande vantagem da "apetência cultural" pelos produtos portugueses.

Nova Lei de Investimento Privado, aprovada pela Assembleia Nacional de Angola, a 17 de Maio de 2018.

Visando incentivar o investimento privado, o Parlamento de Angola aprovou uma nova lei contendo um conjunto de benefícios para os investidores nacionais e estrangeiros. Considerando a sua relevância, transcreveremos os aspectos mais relevantes da notícia da ANGOP, a agência de notícias de Angola, em função dos interesses desta missão empresarial.

« A Lei divide o país em quatro zonas (A, B, C e D) e dá prioridade (...) » aos « investimentos em (...) agricultura e agro-indústria, (...) o reforestamento, transformação industrial de recursos florestais e silvicultura. »

Regime Especial da Zona A

« (...) abrange a província de Luanda, os municípios sede das províncias de Benguela, Huíla e o município do Lobito, terão a taxa do Imposto de SISA reduzida em 50%, isto é de (...) » 2% para 1%.

« (...) o Imposto Predial Urbano (IPU) se manterá nos 25%, por um período de dois anos, enquanto o Imposto Industrial (do grupo A e B) será reduzido de 30 para 24%, de igual modo para um período de dois anos. (...) »

A liquidação provisória do Imposto Industrial viu a sua taxa reduzida em 20%, de 2% para 1,60%, por « um período de dois anos. (...) »

No Imposto « de Aplicação de Capitais, os investidores privados vão pagar uma taxa de 11,25%, em um período de dois anos, contra os 15% » actuais.

Regime Especial da Zona B

« (...) compreende as províncias do Bié, Bengo, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Huambo, Namibe e os restantes municípios de Benguela e Huíla, o Imposto de SISA passa de 2% para 0.50%. »

« O Imposto Predial Urbano (...) passa a ser taxado em 12,50%, contra 25% (redução de 50%), para um período de quatro anos, enquanto » a taxa da liquidação final do Imposto Industrial « passa de 30% para 9%. (...) »

A taxa da liquidação provisória do Imposto Industrial foi reduzida « de 2% para 0,60%, para um período de quatro anos, e » a taxa do « Imposto de Aplicação de Capitais de 15% para 0,6%. »

Regime Especial da Zona C

« (...) compreende as províncias fronteiriças, Cuando Cubango, Cunene, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico, Uíge, Zaire e Malanje. »

« A taxa de imposto de SISA (...) será de 0.30%, contra os anteriores 2%. »

« Os investidores vão pagar 6,25% do Imposto Predial Urbano, contra os 25% (redução em 75%), por um período de oito anos, enquanto » a taxa da liquidação final do Imposto Industrial « é de 6% contra os 30% antes cobrados (redução em 80%). »

« O Imposto de Aplicação de Capitais passa de 15% para 3%, durante um período de oito anos. »

Regime Especial da Zona D

Corresponde à província de Cabinda, « (...) o imposto de SISA cobrado foi fixado em 0,15%, contra os 2% taxados anteriormente. »

« Nesta zona, os investidores vão pagar, durante um período de oito anos, uma taxa de 3,125% do Imposto Predial Urbano, contra os anteriores 25%. »

A taxa da liquidação final do Imposto Industrial « (...) passa de 30% para 3%, durante um período de oito anos, enquanto (...) » a taxa da liquidação provisória ficará « em 0,20% contra os 2%, ao passo que o de Aplicação de Capitais sai de 15% para 1,50%. »

Regime da Declaração Prévia

Para além destes regimes especiais, « (...) a Lei contempla o regime da declaração prévia, que consiste na apresentação da proposta de investimento junto do órgão competente da administração pública, para efeitos de registo e atribuição de benefícios previstos por Lei. »

« As sociedades, para este tipo de regime de declaração prévia, devem estar previamente constituídas, sendo dispensável a apresentação do certificado de registo de investimento privado no acto de constituição. »

Direitos Laborais

« O diploma dita a obrigatoriedade do investidor privado a empregar trabalhadores angolanos, proporcionando-lhes a necessária formação profissional, além da prestação de condições salariais e sociais compatíveis com a sua qualificação, sendo proibido qualquer tipo de discriminação. »

Melhorias Significativas da Nova Lei de Investimento Privado

O secretário de Estado para a Economia, Sérgio dos Santos, esclareceu que a nova lei, não impõe um valor ao investimento; reduz a burocracia; não exige contratos de negociações com o estado para aprovação dos projectos de investimento. O investidor deverá, apenas, registar-se na Agência de Investimento e Promoção das Exportações (AIPEX) para ter acesso ao «Certificado de Registo de Investimento Privado».

Um olhar sobre o sector agrícola angolano

Angola tem condições edafo-climáticas e uma extensão territorial que a podem tornar numa potência agrícola a nível mundial. Infelizmente, logo após a independência, entre 1975 e 2002, Angola mergulhou numa guerra civil, potenciada por hostilidades étnicas, manobras de influência da Guerra Fria e os interesses do regime racista da África do Sul. Essas décadas de instabilidade trouxeram a desordem em todas as áreas, nomeadamente na produção agroalimentar, base essencial do desenvolvimento sustentável. Angola viu a sua infraestrutura destruída; uma paisagem rural repleta de minas terrestres; 1,5 milhões de pessoas mortas; e cerca de 4 milhões de deslocados. Este conjunto de factores negativos teve graves consequências no desenvolvimento rural do país, tido, justamente, como fundamental pelos líderes angolanos que lutaram pela sua independência.

A economia de guerra era alimentada e, portanto, promovida pela indústria extractiva, a única verdadeiramente funcional em Angola. O petróleo, legalmente extraído, assegurava receitas para o governo do MPLA e os diamantes, obtidos em minas ilegais, financiavam as armas compradas pela UNITA. A indústria do petróleo, localizada em território sob o domínio do governo legítimo de Angola, foi-se consolidando ao longo do tempo, em resposta ao aumento da procura do mercado. Quando a paz finalmente chegou em 2002, isso coincidiu com uma escalada dos preços do petróleo, que fez com que a economia angolana se baseasse nessa matéria-prima, algo que ainda ocorre – tanto em 2014 como em 2015, o petróleo representava 97% do total das exportações. Se, até à queda do preço do petróleo, esta dependência não dinamizava uma economia diversificada, embora devesse fazê-lo, utilizando as receitas petrolíferas nesse sentido, a diminuição abrupta desse enorme fluxo financeiro, também não o permite, embora chame a atenção para esse problema, fazendo dele um objectivo político.

A maior parte da população rural angolana ainda depende de: produção agrícola, em pequenas propriedades, alimentada pela chuva; criação de gado; actividades conexas. O reduzido número de grandes propriedades dever-se-á, pelo menos



parcialmente, à longa guerra, que impediu esse tipo de investimento. Assim, com cerca de 90% das explorações agrícolas de pequena e média dimensão, calcula-se que menos de 10% dos 58 milhões de hectares de terra arável de Angola sejam cultivados. Lamentavelmente, há, também, os problemas de o rendimento produtivo actual ser muito menor do que as condições agronómicas permitem, e de a insuficiência logística, para os produtos agrícolas, resultar, frequentemente, em produção deixada a apodrecer nos campos. Uma boa notícia para os angolanos, e para os investidores em produção agrícola de grande escala em África, é a resolução do problema dos milhões de engenhos explosivos que estavam espalhados pelo território: o longo e dispendioso trabalho de desminagem de Angola está a chegar ao fim. Há, agora, muitos milhares de hectares de terras aráveis sem minas e prontas para a prática de actividades agropecuárias.

Angola, depois dum conjunto de anos adverso, encontra-se numa conjuntura favorável resultado duma confluência feliz de situações positivas. Politicamente, entrou-se num novo ciclo que, focado na diversificação da economia, está a trazer alterações legislativas benéficas para o investimento privado. Por outro lado, o preço do petróleo, depois do mínimo, abaixo de \$27, em Fevereiro de 2016, está numa tendência

de subida. Finalmente, há a disponibilidade física de vastos territórios de terras aráveis, associada a financiamentos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (de Angola), do Fundo Europeu para o Desenvolvimento e do novo programa de apoio do Banco Africano de Desenvolvimento.

O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA) funcionará como instituição financeira especializada destinada a apoiar a política de fomento agrário, sob a tutela do Ministério das Finanças, dando crédito ao desenvolvimento do agronegócio. Com um capital social de cerca de 145 milhões de euros, será financiado com transferências anuais do Estado oriundas de 10%

das receitas fiscais associadas à importação de produtos agrícolas.

O programa do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), de apoio à industrialização de África, com um fundo de 35 mil milhões de dólares, também contemplará a agroindústria.

O Governo de Angola espera que este quadro contribua para um grande aumento da actividade agrícola, seja contando com os agricultores familiares, os empresários locais e os investidores estrangeiros, visando produzir alimentos suficientes para reduzir as importações.

Comércio externo angolano do agronegócio

Angola, apesar dos constrangimentos referidos, tem tido programas de apoio ao aumento da produção. Um bastante relevante, nos últimos 12 anos, foi o apoio à agricultura familiar angolana, que beneficiou dum financiamento de cerca de 135 milhões de dólares, por parte da parceria entre o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o governo angolano, em oito das 18 províncias do país: Zaire, Uíge, Bengo, Cuanza Norte, Bié, Namibe, Huila e Cunene. A ajuda daquela instituição continuará, pelo menos até 2019, para 113 mil famílias agrícolas.

O Ministério da Agricultura e Florestas, para campanha agrícola de 2018/2019, propõe preparar mais de cinco milhões de hectares em todo país, superando os actuais um milhão e 470 mil hectares, visando produzir cereais, tubérculos, frutas, vegetais e oleaginosas numa escala capaz de reduzir as importações. Para suportar esta iniciativa, o director nacional para a agricultura, José Carlos Benttecourt, confirmou que o ministério pretende « importar 32 mil toneladas de fertilizantes, 52 mil toneladas de calcário e 1.400 toneladas de sementes de milho, bem como 50 mil charruas de tracção animal » (ANGOP, 21/05/2018). Ele também considera que as necessidades anuais de Angola serão em:

adubo composto, de um milhão e 500 toneladas; adubos simples e ureia, cerca 500 mil toneladas; que terão de ser importados, enquanto não existir produção angolana.

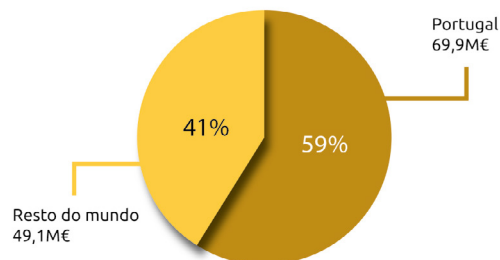
Apesar destes esforços, Angola ainda está muito longe de alcançar o desiderato da autossuficiência alimentar, pois seriam imperiosos incrementos de 80%, quer da área de cultivo quer do volume de produção, com base em rendimentos de cinco toneladas por hectare. Ora, com o aumento da população que, segundo aquele responsável, poderá alcançar 67 milhões de habitantes em 2050, se percebe porque Angola, no longo prazo, precisará importar, não só, grandes volumes de factores de produção agrícola, mas também, de produtos alimentares.

As importações de Angola no agronegócio, em fileiras relevantes, nas quais os exportadores ou investidores portugueses poderão aumentar a sua quota de mercado naquele país, são apresentadas e analisadas de seguida. Isto será feito usando gráficos baseados nos dados estatísticos mais recentes (2015) das importações de Angola, que este país registou e confirmou no Centro de Comércio Internacional – não são estimativas, mas números finais.

Os produtos alimentares originários de animais vivos – como os lacticínios, ovos e mel – estão sob o código 04. Portugal domina o mercado angolano neste agrupamento com uma quota de 59% dum total de importações acima de 119 milhões de euros.

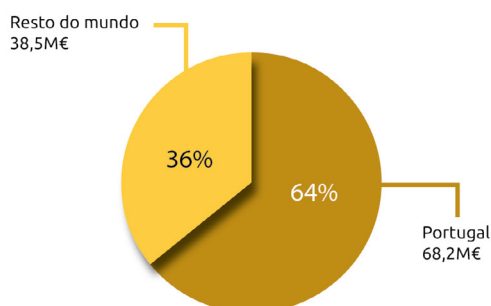
Desagregando, Portugal domina os lacticínios e o mel, mas ainda pode crescer.

Lacticínios, ovos e mel (2015):
119,1M€



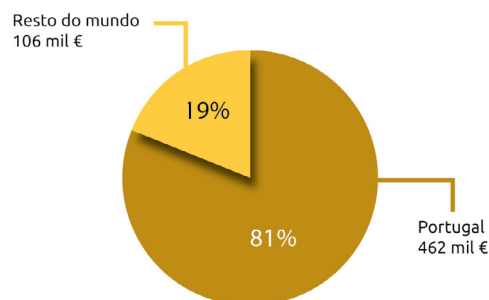
(Fonte: ITC – International Trade Center, 2015)

Lacticínios (2015):
106,8M€



(Fonte: ITC – International Trade Center, 2015)

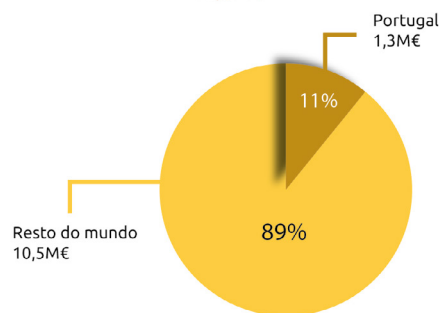
Mel (2015):
568 mil €



(Fonte: ITC – International Trade Center, 2015)

Mas o grande potencial de expansão está no sector dos ovos, pois a quota portuguesa fica-se pelos 11%.

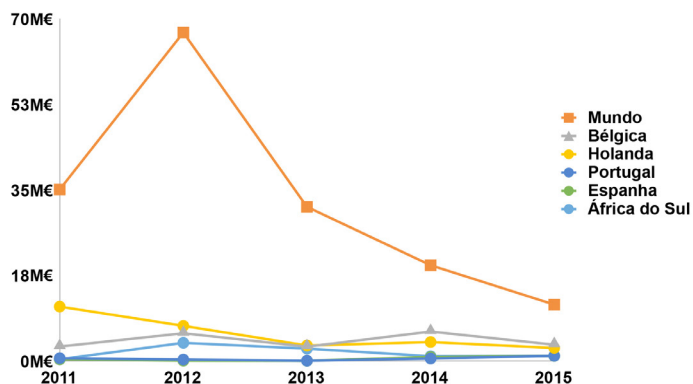
Ovos - frescos ou processados (2015):
11,8M€



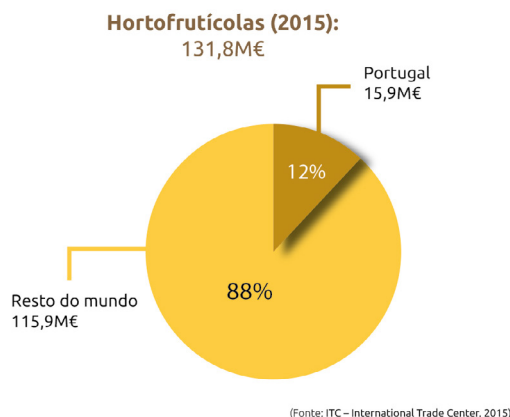
(Fonte: ITC – International Trade Center, 2015)

Importações de ovos frescos

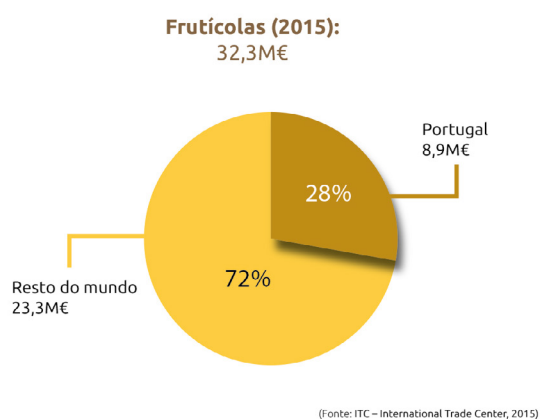
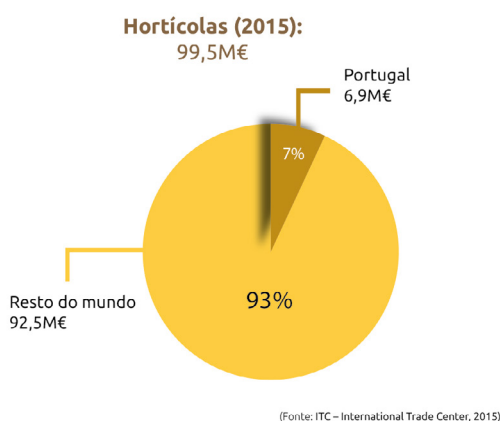
Milhões
Euros



A concorrência nos ovos frescos é, essencialmente, europeia, mostrando que não é por uma questão de distância física que Portugal se ficou pelo 3º lugar em 2015. No entanto, a sua quota de mercado tem vindo a crescer, tal como a da África do Sul, ao invés dos restantes fornecedores europeus. Os empresários portugueses têm 2 formas de penetrar neste mercado: exportando ou investindo na produção local, sendo que para esta há apoios do estado angolano.

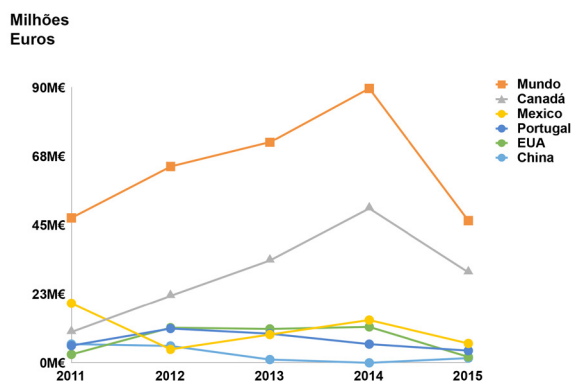


Nos produtos hortofrutícolas, sob os códigos 07 e 08, a presença portuguesa no mercado angolano é minoritária, até nas peras e maçãs.



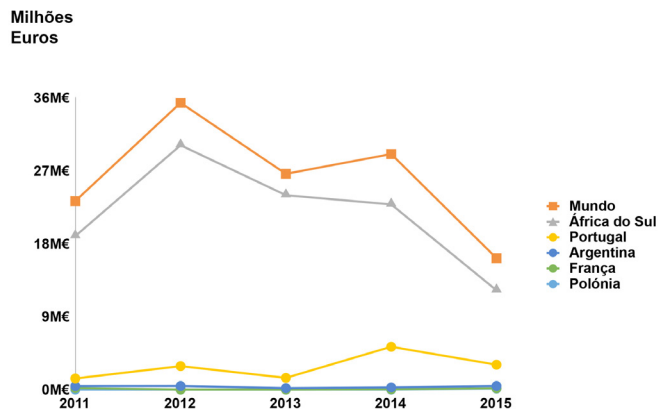
Mas há 2 subsectores com potencial de crescimento: as leguminosas secas e as pomóideas.

Importações de leguminosas secas



De um total de 46,5 milhões de euros, de Portugal são importados 4 milhões. Ora, tendo as leguminosas um prazo de validade longo, seria uma boa aposta para exportar.

Importações de maçãs, pêras e marmelos

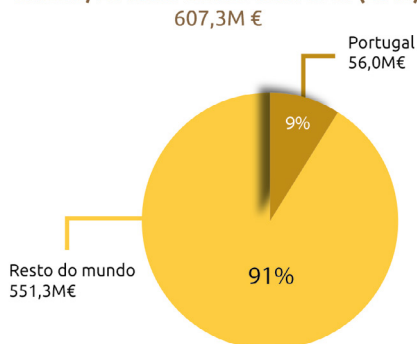


Angola, nas pomóideas, importa, sobretudo, maçãs frescas, com pouco mais de 13,7 milhões de euros. Sendo a produção de maçã uma das mais importantes de Portugal, uma quota de mercado de 2,4 milhões fica aquém do que seria de esperar.

Um agrupamento com elevado potencial de crescimento é o dos cereais e dos seus produtos derivados, registados sob os códigos 10,11 e 19.

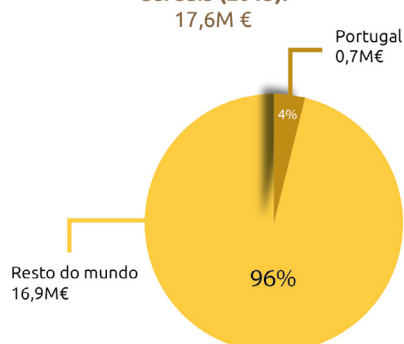
Angola é claramente deficitária em cereais, mas Portugal também, dependendo ambos, fortemente, de importações. Aqui o potencial encontra-se no investimento na produção em Angola para servir os dois mercados.

Cereais, farinhas e seus derivados (2015):



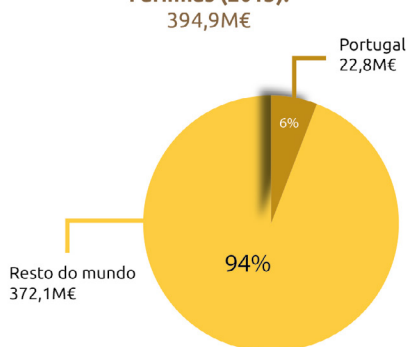
(Fonte: ITC – International Trade Center, 2015)

Cereais (2015):



(Fonte: ITC – International Trade Center, 2015)

Farinhas (2015):

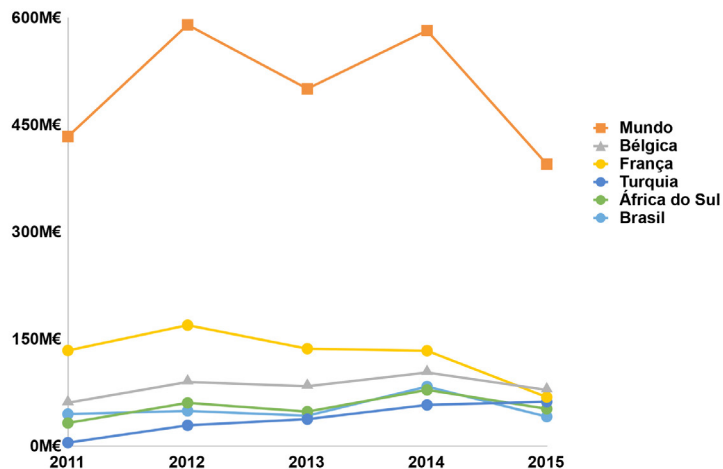


(Fonte: ITC – International Trade Center, 2015)

As farinhas são uma matéria-prima para muitos produtos a jusante. Nesta área Portugal poderá exportar muito mais, mas o investimento em Angola seria valorizado.

Importações de Farinha

Milhões
Euros



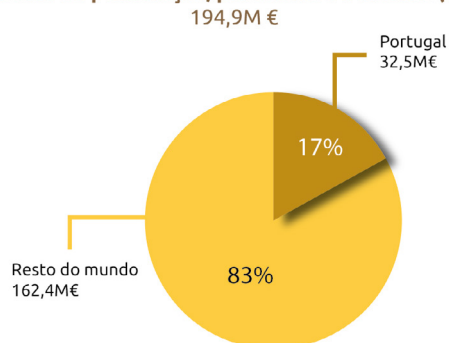
Analisando as importações de farinha, verificamos que Portugal nem sequer aparece entre os 5 maiores fornecedores de Angola, mostrando a Turquia um grande dinamismo na penetração daquele mercado, evidenciando um crescimento sustentado, apesar das variações anuais dos volumes totais importados. Deste gráfico, podemos concluir que se a Turquia cresce, Portugal também pode crescer.

No campo da panificação, pastelaria e bolachas, áreas em que Portugal tem grande tradição e produtos de excelência, esperar-se-ia uma maior quota de mercado, até porque a cultura gastronómica de Angola nesta área é a portuguesa.

Se a reduzida quota de mercado é surpreendente, mais inesperado é o país que ultrapassou Portugal sendo agora o primeiro fornecedor: Turquia, com 38,2 milhões de euros.

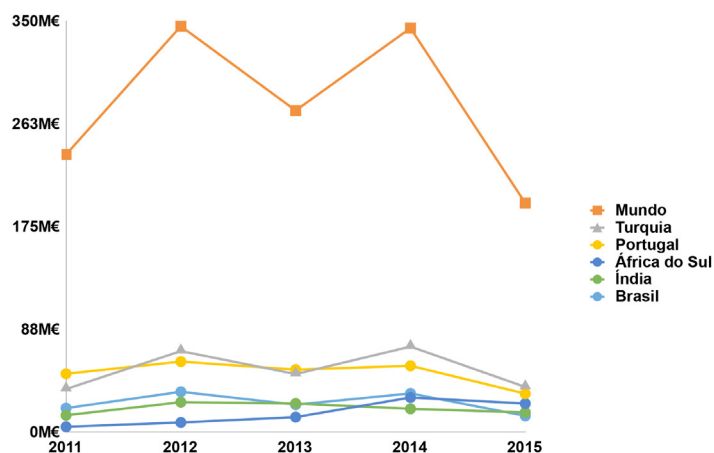
Importações de produtos à base de farinha

Produtos de panificação, pastelaria e bolachas (2015):



(Fonte: ITC – International Trade Center, 2015)

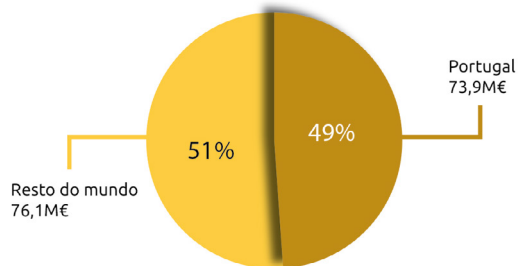
Milhões
Euros



Os empresários do sector, nomeadamente os dos bolos secos e bolachas, podem fazer mais, pois a apetência para os produtos portugueses é garantida.



Conservas de peixe e charcutaria (2015): 150M €

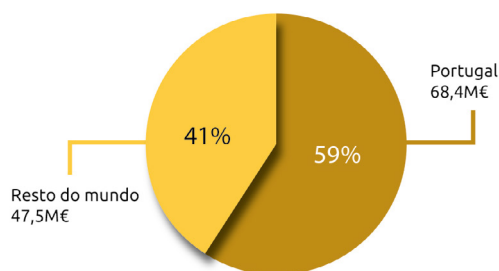


(Fonte: ITC – International Trade Center, 2015)

A qualidade dos produtos animais transformados (código 16) portugueses é reconhecida aquém e além-fronteiras, tendo uma presença importante no mercado angolano, com 49% de quota.

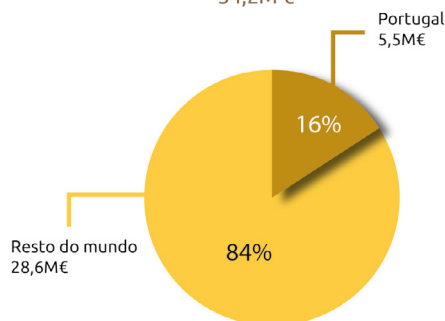
O domínio português dá-se na charcutaria. Ainda assim há espaço para expandir.

Charcutaria (2015): 115,9M €



(Fonte: ITC – International Trade Center, 2015)

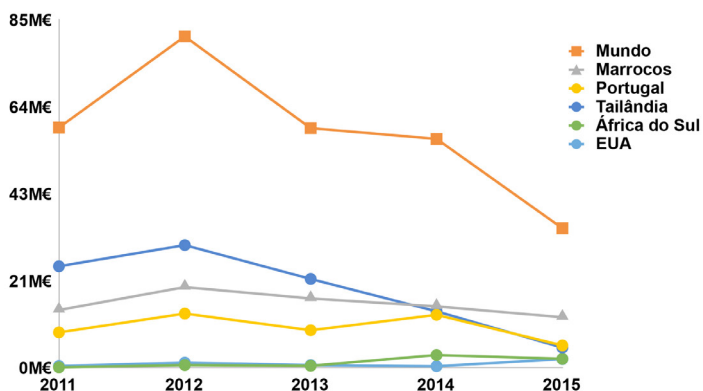
Conservas de peixe (2015): 34,2M €



(Fonte: ITC – International Trade Center, 2015)

Importações de conservas de peixe

Milhões
Euros



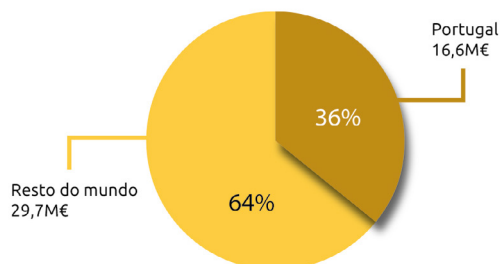
O mercado angolano já foi dominado pela Tailândia, mas, entretanto, foi ultrapassada por Marrocos.

As importações de Portugal, que não era o fornecedor mais importante, ainda sofreram um decréscimo em 2015. Considerando a capacidade instalada em Portugal, neste sector, os empresários poderão fazer muito mais para penetrar naquele mercado.

Os produtos vegetais processados (código 20) são uma área em crescimento na agroindústria e, tradicionalmente, o grande produto de bandeira de Portugal era o concentrado de tomate. Provavelmente, esperar-se-ia um domínio avassalador de Portugal neste mercado. Pois é exactamente o inverso: Portugal só tem 2% de quota de mercado.

Alimentos processados de base vegetal (2015):

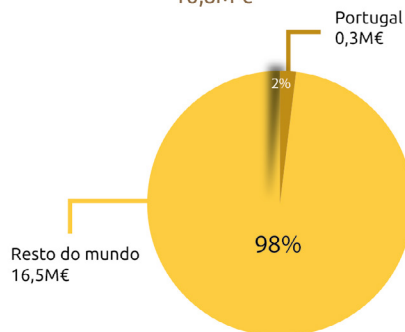
46,3M €



(Fonte: ITC – International Trade Center, 2015)

Concentrado de tomate (2015):

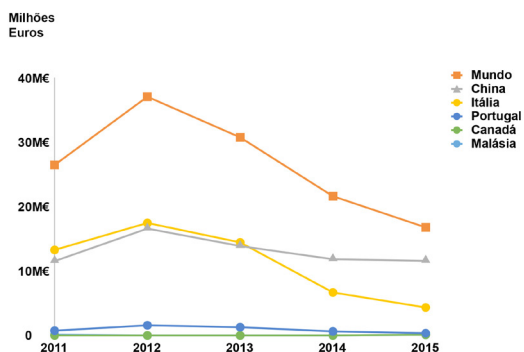
16,8M €



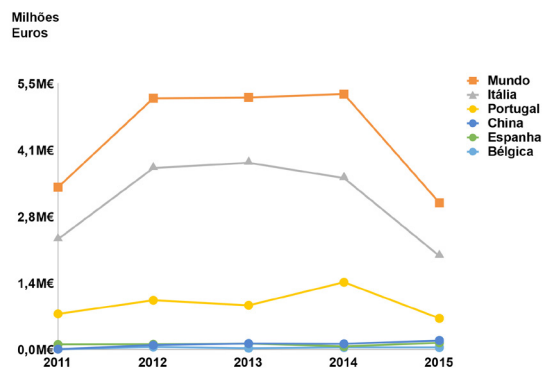
(Fonte: ITC – International Trade Center, 2015)

O actor principal do mercado é a China, com 69% de quota, seguida da Itália. Muito longe está Portugal, com exportações da ordem dos 344 mil euros. No tomate enlatado Portugal é o 2º fornecedor de Angola, com 21% do mercado, correspondentes a 651 mil euros de exportações.

Importações de concentrado de tomate



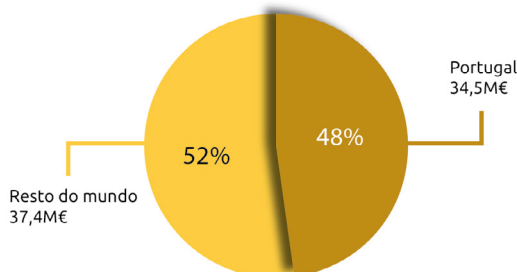
Importações de tomate enlatado



Mais recentemente, os sumos e refrigerantes tornaram-se uma aposta de exportação, estando a conquistar mercados internacionais com a sua qualidade. Portugal é o maior fornecedor de refrigerantes mas, nos sumos, está em 2º, atrás do Paquistão. O mercado angolano ainda não é grande, mas Portugal pode aumentar a sua presença, também a pensar no potencial de crescimento futuro desse mercado.

Sumos e refrigerantes (2015):

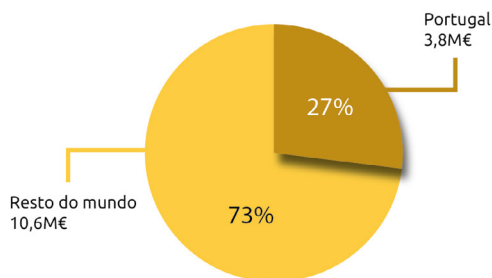
71,9M €



(Fonte: ITC – International Trade Center, 2015)

Sumos (2015):

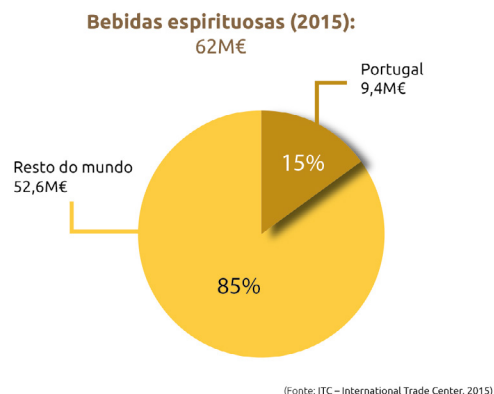
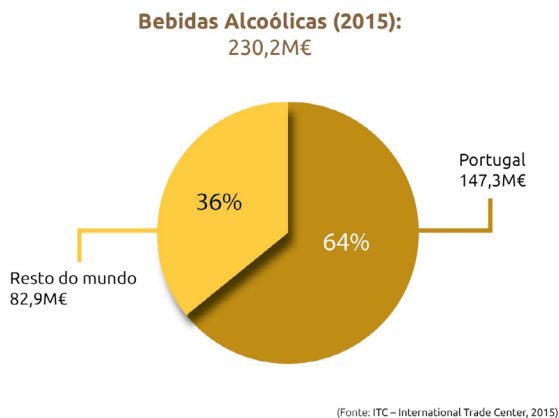
14,4M €



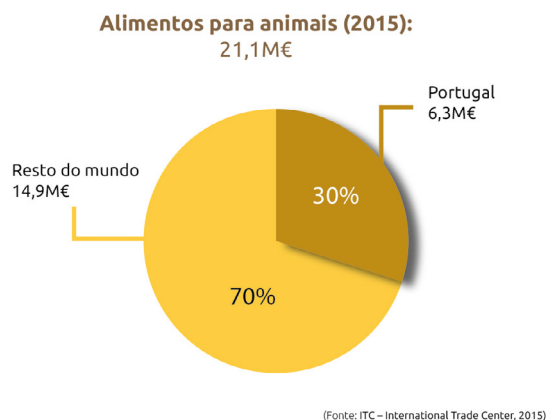
(Fonte: ITC – International Trade Center, 2015)

O mercado angolano das bebidas alcoólicas (código 22) tem um volume considerável sendo Portugal a presença mais importante, dominando nas cervejas, com 85% dum mercado valendo 79,8 M €, e nos vinhos, com 79% de 88,4 M €.

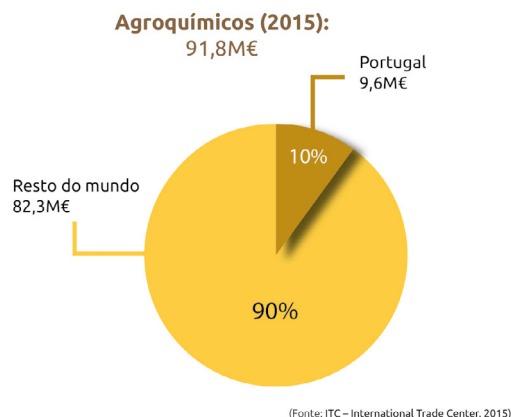
Mas existe uma área na qual Portugal é minoritário: a das bebidas espirituosas. Portugal não tem tradição nesta área, mas, recentemente, um conjunto relevante de jovens empresários resolveu apostar neste tipo de produtos e, para eles, Angola seria um mercado bastante promissor, que lhes poderia garantir a viabilidade económica dos seus projectos.



Saindo da área alimentar humana, temos, no agronegócio, o mercado dos produtos que visam apoiar a produção alimentar: rações; agroquímicos; maquinaria.



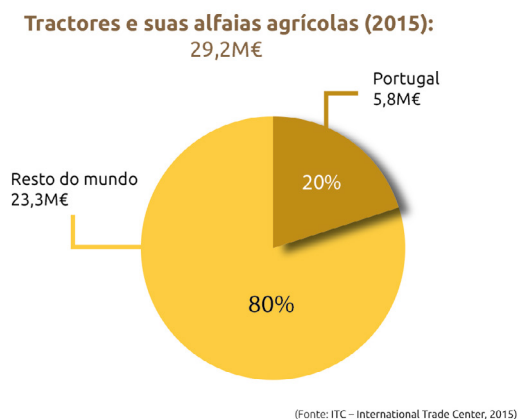
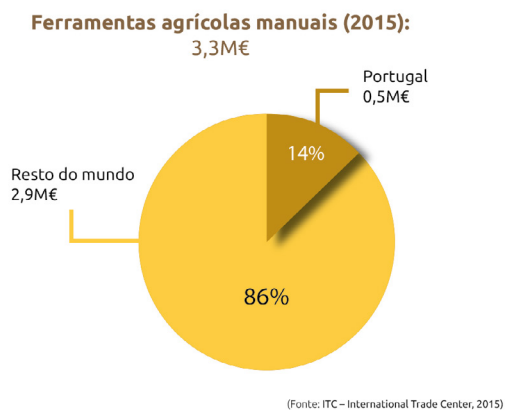
Angola tem grande necessidade de rações (código 23) para potenciar a produção animal, nomeadamente avícola. Os programas de desenvolvimento do governo angolano para esta área, indiciam um mercado com crescimento garantido, no qual os empresários portugueses do sector deverão apostar.



A aposta na agricultura, também levará a um grande aumento da procura de agroquímicos, como mencionado pelo director nacional para a agricultura de Angola.

Portugal exporta cerca de 4,4 milhões de euros de adubos (código 31) – 8% dum mercado de 51,8 M €; e 5,2 M € de pesticidas, herbicidas e reguladores de desenvolvimento vegetal (código 3808) – 13% dum mercado de 40 M €.

A mecanização agrícola em Angola é outra preocupação do director nacional para a agricultura José Carlos Benteccourt. Portugal pode ter uma presença neste mercado, quer com a sua produção de ferramentas e alfaia agrícolas, quer como representante de fabricantes estrangeiros de maquinaria, prestando, adicionalmente, serviços de apoio técnico e manutenção. O principal fornecedor de ferramentas manuais (código 8201) é a China, com 73% do mercado (pouco acima dos 2,4 M €). O domínio chinês nas ferramentas continuará, devendo Portugal focar-se em maquinaria mais complexa e serviços personalizados.



Na maquinaria de campo, Portugal tem uma palavra a dizer, por ter indústria na área, apostando nas alfaia e atrelados, nomeadamente, nos de tracção animal. Por outro lado, a venda de maquinaria em 2ª mão também deve ser equacionada.

O Brasil é o maior fornecedor de atrelados (código 871620), com uma quota de mercado de 46,4% de 1 milhão e 630 mil euros. Portugal é o 1º nas máquinas e aparelhos de uso agrícola ou florestal, para trabalho do solo ou cultivo (código 8432), com 27% dum mercado de 8 milhões de euros. Nos tractores de 2 eixos (código 870190), o principal fornecedor é a Índia com 27% dum mercado de 7 milhões e 317 mil euros.

PORTO DE LUANDA




De acordo com o Decreto nº 26/98 de 14 de Agosto, o Porto de Luanda E.P constitui hoje uma empresa pública dotada de personalidade jurídica, autonomia e poder administrativo, financeiro e patrimonial.

A segurança ao longo da zona de jurisdição terrestre é garantida pela segurança portuária. Assim, navios/mercadorias/instalações portuária (certificadas pelas normas do código ISPS – PFSO nomeado pela autoridade marítima nacional) possuem um sistema de prevenção que passa pela fiscalização do cumprimento das convenções, normas e regulamentos (inter)nacionais relativas à segurança e à protecção do ambiente. O porto possui um corpo de bombeiros privativo, treinado pelo Corpo Nacional de Bombeiros do Ministério do Interior – entre outros meios, conta com duas viaturas bem equipadas e uma ambulância.

A segurança no interior dos terminais é da responsabilidade dos concessionários. O Porto de Luanda possui um terminal de carga geral (afecto à empresa Multiterminais) cuja área de exploração é de 4 262 m², tendo as seguintes áreas de acesso limítrofes: A Norte, Este e Oeste pelo cais Sul e a Sul com a via periférica do Porto de Luanda, com o Terminal Polivalente e com a zona de apoio Naval. Cais: 900 m de cais acostável com fundos de 100m à 5,5m (ZH) 800m à 10,0m (ZH). Armazéns: 2 4675 m² e Prazo da Concessão: 20 anos. Igualmente um terminal polivalente (Unicargas) com Área da Concessão de 178 641 m²; cujos Limites são: A Norte com o cais, a Oeste com o Terminal de Carga Geral e Rua de Cintura do Porto, a Sul com a mesma rua e com as oficinas do Porto de Luanda, a Leste com o Terminal de Contentores. Cais: 536 metros de cais acostável com fundos de 10m (ZH). Armazéns: 10 500 m² e Prazo da concessão: 20 anos. Por fim, um Terminal de Contentores (Sogester) com Área da Concessão de 142 467 m²; com os seguintes Limites: a Norte com o cais, a Oeste com o Terminal Polivalente e com a Vinul, a Sul com o edifício Boavista e com a R. Cintura do Porto e a Leste com a área concessionada à Sonangol (Base de Apoio à actividade Petrolífera). Cais: Cais acostado com 550 m de comprimento e com fundos de 350m a (10,5m) ZH 200m a (12,5m) ZH. Armazéns: 1 250 m² com expansão para o dobro e Prazo da concessão: 20 anos.

Limites Marítimos “Toda a área interna da baía de Luanda situada a Leste e Sul do cruzamento entre o meridiano do farol da ponta da Ilha e o paralelo 8.º44’S até ao meridiano que passa pelo Morro das Lagostas” e terrestres “Numa faixa terrestre de 80m de largura desde o edifício da Administração Portuária até ao Farol das Lagostas (Ponta do Dande)” (<http://www.portoluanda.co.ao/>)

Escritórios:

-  Morada: Largo 4 de Fevereiro, CX Postal 1224-C1-Angola
-  Tel.: +244 226 431 121 | +244 949 591 515 | +244 949 591 616
-  Email: geral@portoluanda.co.ao



Coordenadas do Porto de Luanda:

8° 47' - Latitude Sul

13° 14' - Longitude



Bibliografia e Referências

- AIP/CCI-DRIC (1992). Guia de Angola. Estudo de Oportunidades para as Empresas Industriais Portuguesas. Lisboa: AIP/CCI-DRIC.
- ANGOP (s.d.). Agência Angola Press. Cuanza Norte. In http://www.angop.ao/angola/pt_pt/porta/provincias/cuanza-norte/conteudo/2012/9/40/Como-chegar,65d447a7-f301-4509-91de-d8d4c2bf8328.html?context=9ea68b14-f2d3-42d3-b4d5-e3d2ca2309bb [Acedido 21-05-2018]
- ARAACS & Palanque, L. [Ed.] (2012). Terre d'Opportunités. Luanda: LPE, Edição ARAACS- Secrétariat aux Affaires de Communication Institutionnelle et de Presse du Président de La République, Jornal de Angola, Livre "Angola, un pays fabuleux" Ambassade de la Republique d'Angole auprès de la Confédération Suisse (ARAACS).
- Barrica, J.M. [Dir.] (2012). Angola. Angola 10 anos de Paz. Conquistas e Desafios. Angola no Caminho do Desenvolvimento. Lisboa: Embaixada de Angola em Portugal, Serviços de Imprensa.
- Costa, E. (2012). Conhecimento tradicional e recursos terapêuticos naturais do Bengo - resultados do rastreio etnobotânico. Cadernos CISA Nº3, Dez.2012. in <http://www.cisacaxito.org/contents/bibliotecaitens/1365780516676.pdf> [Acedido 08-05-2018]
- Elta (2012). Guia Turístico de Angola. In <http://www.guiaturisticoangola.co.ao/index.aspx?menuid=140&lang=P> [Acedido 23-05-2018]
- FAO (2017). Aquastat Website. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO).
- ITC (2017). Trade Map. International Trade Commerce (ITC).Info Angola (2018).
- Biblioteca Virtual de Angola. http://www.info-angola.com/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=746&Itemid=1393&limitstart=18 [Acedido 21-05-2018]
- Info Angola (2018). Biblioteca Virtual de Angola. http://www.info-angola.com/index.php?option=com_php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=746&Itemid=1393&limitstart=6 [Acedido 21-05-2018]
- LNITEL & ELTA (2012). Angola 2012. Guia Turístico. 10ª Edição Lisboa: ELTA, LNITEL.
- IPC (2000). Guia do Mundo 2000. Cooperação Portuguesa. 10.ª Edição. Lisboa: Instituição da Cooperação Portuguesa (IPC).
- Porto de Luanda (s.d.). Porto de Luanda. Terminais. In <http://www.portoluanda.co.ao/terminais.php> [Acedido 08-05-2018]
- Quinhentos, S. (s.d.). Solos Ferralíticos em Angola. Blogspot. In <http://lazarosamuelquinhentos.blogspot.pt/2013/04/solos-ferraliticos-em-angola.html> [Acedido 21-05-2018] in AAVV (2005). Manual de treinamento agrícola. Centro de Educação Agrícola da Província do Bié, pp.1-3.
- Sertoli, P. E. (2009). As características do complexo de troca e a classificação dos solos da república de Angola. Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre em Engenharia Agronómica. Lisboa: ISA-UTL in <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1978/1/Dissertação-Versão%20Definitiva.pdf> [Acedido 08-05-2018]
- http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2018/4/20/Lei-Investimento-Privado-com-impostos-mais-baixos,00f37004-6f2e-4c94-b1f8-14bc194f1465.html
- Banco Mundial, 2017, African Economic Outlook 2017

Contactos úteis em Portugal

Nome	Contactos
AICEP Portugal Global (Lisboa)	Morada: Av. 5 de Outubro, 101 1050-051 Lisboa Tel.: + 351 217 909 500 E-mail: aicep@portugalglobal.pt Website: www.portugalglobal.pt
Consulado Geral da República de Angola em Lisboa	Morada: Rua Fradesso da Silveira Alcântara Rio Bloco E 1300-260 Lisboa Tel.: 707 200 900 213 602 060 Fax: 213 631 529 E-mail: geral@embamoc.pt Website: www.consuladogeral-angola.pt
Consulado Geral da República de Angola no Porto	Morada: R. Dr. Carlos Cal Brandão 132 4000-486 Porto Tel.: 222 058 902 Fax.: 222 537 328 Email: consuladogangola@mail.telepac.pt Website: www.consuladogeral-angola.pt
Embaixada da República de Angola em Portugal	Morada: Av. da República, 68 1050 Lisboa Tel.: +351 21 796 70 41 +351 21 796 70 43 +351 21 796 18 30 E-mail: geral@embangolapt.org Website: www.embaixadadeangola.pt
Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento (SOFID)	Morada: Av. Casal Ribeiro, 14, 4º 1000-092 Lisboa Tel: +351 213 137 760 Fax: +351 213 137 779 E-mail: sofid@sofid.pt Website: www.sofid.pt

Informações úteis 2018

1 de Janeiro	Dia de Ano Novo
4 de Janeiro	Mártires da Repressão Colonial
4 de Fevereiro	Dia do Início da Luta Armada de Libertação Nacional
13 de Fevereiro	Dia de Carnaval
8 de Março	Dia Internacional da Mulher
30 de Março	6.ª Feira Santa
1 de Abril	Dia de Páscoa
4 de Abril	Dia da Paz
1 de Maio	Dia do Trabalhador
1 de Junho	Dia Internacional da Criança
17 de Setembro	Dia do Fundador da Nação e do Herói Nacional
2 de Novembro	Dia dos Finados
11 de Novembro	Dia da Independência Nacional
25 de Dezembro	Dia de Natal

Formalidades na entrada:

Passaporte: exigido a todos os visitantes

Visto: é necessário

Vacinas: é necessário o certificado de vacinação contra a febre-amarela

Serviços Públicos*	8h00-15h30 (segunda-feira a quinta-feira); 8h00-15h00 (sexta-feira)
Comércio*	8h00-12h30/14h30-18h00 (segunda-feira a sexta-feira); 8h00-12h00 (sábados)
Bancos	8h00-15h00 (segunda-feira a sexta-feira)

*Pode variar.

Hora local

Corresponde ao UTC (Tempo Universal Coordenado) mais uma hora. Em relação a Portugal, Angola tem mais uma hora no Inverno e a mesma hora no Verão.

Contactos úteis em Angola

Nome	Contactos
AICEP Portugal Global (Lisboa)	Morada: Avenida de Portugal, 50 Luanda - Angola Tel.: 002 442 223 334 433/333027 Fax: 002 442 223 903 92 E-mail: aicep.luanda@portugalglobal.pt Website: www.portugalglobal.pt
Associação Industrial de Angola	Morada: Rua Manuel Fernando Caldeira nº 6 Luanda - Angola Tel.: +244 222 333 423 +244 935 257 085 Fax: +244 222 335 557 E-mail: geral@aia Angola.com
Embaixada de Portugal em Luanda	Morada: Av. de Portugal 50, Luanda, Angola Tel.: +244 222 333 443 +244 222 333 027 Fax: +244 222 390 392 E-mail: embaixada.portugal@netcabo.co.ao
MINAGRI - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas	Morada: Avenida Comandante Gika 42, Largo António Jacinto, Edifício B 1257 Luanda - Angola Tel.: +244 222 320 694 Fax: +244 222 320 694 Email: geral@minaderp.gov.ao Website: www.minagri.gov.ao
Ministério das Finanças	Morada: Edifício do MinFin, Largo da Mutamba Luanda - Angola Telefone: +244 222 338548 E-mail: cdi@minfin.gv.ao
Hotel Continental	Morada: Rua Manuel Fernando Caldeira, 2, CP5150 Luanda - Angola Tel.: +244 2 334241 Fax: +244 2 392735 Website: http://netangola.com/HContinental
Hotel Terminus	Morada: Rua Cazengo, N'Dalatando – Cuanza Norte - Angola Tel.: +244 948 513 498 Website: http://www.hoteisangola.com/reservations/hotels/ao/ndalatando/hotel-terminus-ndalatando.html
Porto de Luanda	Morada: Largo 4 de Fevereiro, CX Postal 1224-C1-Angola Tel.: +244 226 431 121 +244 949 591 515 E-mail: geral@portoluanda.co.ao Website: www.portoluanda.co.ao

Organização:



Apoio institucional:



Parceiros:



O único banco do mundo
presente em 7 países
da Língua Portuguesa



aicep Portugal Global



com o apoio:



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus Estruturais
e de Investimento

www.calusofona.org geral@calusofona.org T. +351 213 018 426